

entre

e

Datada de
14 de maio de 2015.

2

Q

JUCESP
10 06 15

ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

- a) **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35300373367, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, do outro lado, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas da 3ª Emissão"),

- b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário da 3ª Emissão");

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente "*Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização*" ("Escritura da 3ª Emissão"), contendo as seguintes cláusulas e condições.

Os termos iniciados em letra maiúscula, quando utilizados e não definidos anteriormente, terão o significado a eles atribuído no "Anexo I" desta Escritura da 3ª Emissão, tanto no plural quanto no singular.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura da 3ª Emissão é celebrada de acordo com a autorização: (a) da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 14 de maio de 2015 ("AGE"); e (b) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de maio de 2015 ("RCA"), que aprovaram os termos e condições da presente 3ª Emissão

JUCESP
10 06 15

e da Oferta (conforme abaixo definidos), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. Por meio da AGE e da RCA a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários às deliberações consubstanciadas na AGE e na RCA incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da emissão das Debêntures da 3ª Emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única (“3ª Emissão”), para distribuição pública, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão (“Oferta”), é feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM

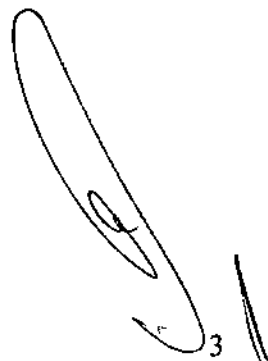
2.1.1. A Oferta será devidamente registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”)

2.2.1. A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*”.

2.3. Arquivamento das atas da AGE e da RCA na JUCESP e publicação das atas

2.3.1. A ata da AGE será arquivada na JUCESP, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo. A ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo. Os atos societários relacionados à emissão e Oferta das Debêntures da 3ª Emissão que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da ata de RCA também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, conforme legislação em vigor.


3

2

R

JUCESP
10 06 15

2.4. Inscrição desta Escritura da 3ª Emissão na JUCESP

2.4.1 A presente Escritura da 3ª Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP no prazo de até 20 (vinte) dias de sua celebração, nos termos do artigo 62, inciso II e do § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2 A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão 1 (uma) via original desta Escritura da 3ª Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, em até 20 (vinte) dias após a data de obtenção dos referidos registros.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures da 3ª Emissão serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição realizada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures da 3ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6. Registro da Garantia Real

2.6.1. Os instrumentos que constituirão as Garantias Reais (conforme abaixo definidas) serão registrados, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura dos instrumentos de constituição das Garantias Reais, em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do Agente Fiduciário da 3ª Emissão. Uma via devidamente registrada de cada instrumento será entregue ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo (“Estado”), originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos no mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Autorizativa, e da respectiva legislação complementar.

JUCESP
10 06 15

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura da 3ª Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora para distribuição pública.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da presente 3ª Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, podendo ser aumentado em razão da emissão de Debêntures do Lote Suplementar e/ou de Debêntures Adicionais, observado o disposto nas Cláusulas 3.5.8 e 4.3.2 a 4.3.4 da presente Escritura da 3ª Emissão.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos obtidos por meio da 3ª Emissão, líquidos de despesas e custos relacionados a esta 3ª Emissão e à Oferta, serão utilizados pela Emissora para o pagamento parcial de remuneração e amortização extraordinária das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, nos termos da Escritura da 2ª Emissão.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures da 3ª Emissão serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação para 60.000 (sessenta mil) Debêntures da 3ª Emissão, perfazendo o montante de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), nos termos do “*Contrato de Distribuição Pública, da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição da 3ª Emissão”).

3.5.2. As Debêntures da 3ª Emissão serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição da 3ª Emissão, de modo que os Coordenadores deverão assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, incluindo, por referência, o Formulário de Referência (conforme abaixo definido) da Emissora, com informações sobre a Emissora e sobre a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (“Prospecto Preliminar”, “Prospecto Definitivo” e, conjuntamente, “Prospectos”), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas

JUL 23 15
10 06 15

possam ser esclarecidas por Pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.3. Levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, o público alvo da Oferta é composto por investidores qualificados residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, compreendendo, (a) até 30 de junho de 2015, instituições financeiras, pessoas naturais e jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente atestem por escrito sua condição de investidor qualificado, fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus próprios recursos, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e – regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, ou (b) a partir de 1º de julho de 2015, instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, fundos de investimento, clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM, agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, investidores não residentes, investidores profissionais, pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios e clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados (“Investidores Institucionais”).

3.5.4. A colocação das Debêntures da 3ª Emissão será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, bem como com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição da 3ª Emissão.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures da 3ª Emissão.

3.5.6. Não existirão reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures da 3ª Emissão.

3.5.7. A colocação das Debêntures da 3ª Emissão somente terá início após (i) a obtenção do registro da Oferta na CVM, (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures da 3ª Emissão no ambiente da CETIP, (iii) a publicação do anúncio de início de

JUCEB
10 06 15

distribuição, e (iv) a disponibilização para os investidores do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “Instrução CVM 480”, respectivamente), e do Prospecto Definitivo e versão atualizada do Formulário de Referência. A colocação das Debêntures da 3ª Emissão deverá ser efetuada no período máximo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, observado ainda os termos e condições do Contrato de Distribuição da 3ª Emissão.

3.5.8. A 3ª Emissão e a Oferta poderão ter seu valor e quantidade aumentados em razão da emissão de Debêntures do Lote Suplementar e/ou de Debêntures Adicionais, conforme previsto na Cláusula 4.3.2 e 4.3.3 desta Escritura da 3ª Emissão.

3.6. Procedimento de *Bookbuilding*

3.6.1. Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”) mediante a verificação, com os Investidores Institucionais, do interesse de investimento nas Debêntures da 3ª Emissão em diferentes níveis de taxa de juros e a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão.

3.6.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais, incluindo aqueles que sejam (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores e administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (ii) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), sendo que as intenções de investimento por pessoas vinculadas serão admitidas até atingirem 100% (cem por cento) da quantidade de Debêntures da 3ª Emissão ofertadas. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures da 3ª Emissão inicialmente ofertada, não será permitida a colocação das Debêntures da 3ª Emissão junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.6.2.1. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) que venham a ser contratadas para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados nos Prospectos, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.6.3. Encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures da 3ª Emissão

DUCEP
10 06 15

sujeitando-se previamente a efetiva aceitação das ordens coletadas à aprovação da Emissora.

3.6.4. Definida efetivamente as condições de aceitação pela Emissora das ordens coletadas na forma do item 3.6.3, será formalizado aditamento à Escritura da 3ª Emissão ("Aditamento") substancialmente na forma do Anexo II desta Escritura da 3ª Emissão, dispensada nova aprovação societária pela Emissora, conforme deliberação para esta finalidade nos termos da AGE e da RCA.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário da presente 3ª Emissão ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"). A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado de sua assinatura.

3.8. Titularidade das Debêntures da 3ª Emissão

3.8.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures da 3ª Emissão. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 3ª Emissão será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas da 3ª Emissão para as Debêntures da 3ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9. Condições de Pagamento

3.9.1. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures da 3ª Emissão e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da 3ª Emissão serão efetuados pela Emissora conforme datas previstas nesta Escritura da 3ª Emissão utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da 3ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário para as Debêntures da 3ª Emissão que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9.2. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura da 3ª Emissão por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

JUCESP
10 06 15

3.9.3. *Subordinação dos Pagamentos.* Todos os pagamentos devidos aos Debenturistas da 3ª Emissão deverão ser efetuados observando a ordem de subordinação dos pagamentos prevista na Cláusula 3.18.2 adiante.

3.10. Encargos Moratórios

3.10.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas da 3ª Emissão, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos, além da Remuneração da 3ª Emissão prevista nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, à multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

3.11.1. O não comparecimento do Debenturista da 3ª Emissão para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura da 3ª Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.12. Imunidade dos Debenturistas da 3ª Emissão

3.12.1. Caso qualquer Debenturista da 3ª Emissão goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures da 3ª Emissão, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.13. Estabilização

3.13.1. Não será firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço das Debêntures da 3ª Emissão no mercado secundário.

3.14. Repactuação Programada

3.14.1. Não haverá processo de repactuação programada para as Debêntures da 3ª Emissão.

300837
10 06 15

Emissora, a título oneroso, nos termos da Lei Autorizativa, a parcela correspondente a 71% (setenta e um por cento) dos Parcelamentos do PEP ("Direitos Creditórios do PEP").

3.17.4 Nos termos do Contrato de Cessão do PEP, todos os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios do PEP são depositados na conta corrente de movimentação restrita de nº 9.835-3, agência 1897-X, mantida pela Emissora junto ao Banco do Brasil S.A., a qual será movimentada de acordo com o disposto nas Cláusulas abaixo ("Conta de Recebimento PEP").

3.17.5 Nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, o Estado, o Banco Centralizador e os Bancos Arrecadadores, por intermédio de seus Agentes, são e serão responsáveis pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP pagos pelos Contribuintes e, ato contínuo, à transferência das respectivas verbas para Conta de Recebimento PPI e para a Conta de Recebimento PEP, respectivamente, cada um em relação à atividade que lhe compete.

3.17.6 O Estado obrigou-se nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno, os Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP decorrentes do Parcelamento do PPI e do Parcelamento do PEP em vigor, e a realizar o processamento das informações necessárias à emissão das GARE e/ou dos demais meios de pagamento empregados pelos Contribuintes quando do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, de forma que as referidas verbas sejam automaticamente identificadas, pelo Banco Centralizador, como cedidos à Emissora, ressalvado o disposto na Cláusula 3.17.8 abaixo, conforme aplicável.

3.17.7 Nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, o Estado obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que o produto decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, pago a qualquer título pelos Contribuintes, seja creditado pelo Banco Centralizador, após o recebimento dos respectivos valores dos Bancos Arrecadadores, única e exclusivamente na Conta de Recebimento PPI e na Conta de Recebimento PEP, respectivamente.

3.17.7.1. De acordo com o Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP é expressamente vedado o crédito bancário e/ou o trânsito dos valores dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP em qualquer outra conta corrente, exceto com relação aos valores decorrentes dos Parcelamentos do PPI Rompidos e dos Parcelamentos do PEP Rompidos, conforme o disposto na Cláusula 3.17.8 abaixo.

3.17.8 Até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, conforme o caso, os Direitos Creditórios do PPI e os

DUCEP
10 06 15

Direitos Creditórios do PEP, quando decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos e de Parcelamentos do PEP Rompidos, serão recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, por meio de crédito, na Conta de Recebimento PPI e na Conta de Recebimento PEP, do valor correspondente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido e à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido de cada Parcelamento do PPI Rompido e de cada Parcelamento do PEP Rompido, respectivamente.

3.17.9 O Estado obrigou-se nos termos do item 9.5 do Contrato de Cessão do PPI, a transferir para a Conta de Recebimento PPI, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça jus em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do PPI, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos do PPI Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido de cada Parcelamento do PPI Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão do PPI.

3.17.10 Nos termos do Contrato de Cessão do PPI, independentemente de anuência prévia do Estado, a Emissora poderá promover a compensação automática dos valores devidos pela Emissora ao Estado, na qualidade de titular das Debêntures Subordinadas, com os valores devidos pelo Estado à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos Eventos de Indenização do PPI até o último Dia Útil do mês imediatamente subsequente à ocorrência de tais eventos.

3.17.11 O Estado obrigou-se nos termos do item 9.5 do Contrato de Cessão do PEP a transferir para a Conta de Recebimento PEP, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça jus em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do PEP, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos do PEP Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido de cada Parcelamento do PEP Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão do PEP. Nos termos do Contrato de Cessão do PEP, a primeira transferência nos termos deste item abrange todos os valores recebidos pelo Estado por conta de Parcelamentos do PEP Rompidos, a partir do fechamento do dia 28 de novembro de 2014.

3.17.12 Em decorrência das obrigações assumidas no Contrato de Cessão do PPI, o Estado obrigou-se a transferir para a Conta de Recebimento PPI, no último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor de titularidade da Emissora, recebido pelo Estado e/ou pelos Agentes do Estado no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior.

Doc 838
10 06 15

3.17.13 Em decorrência das obrigações assumidas no Contrato de Cessão do PEP, o Estado obrigou-se a transferir para a Conta de Recebimento PEP, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor de titularidade da Emissora, recebido pelo Estado e/ou pelos Agentes do Estado no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior.

3.17.14 Após a amortização e/ou o resgate integral das Debêntures da 1ª Emissão, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá amortizar ou resgatar as Debêntures Subordinadas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PPI decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos, desde que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, tenham verificado que os Direitos Creditórios do PPI que serão dados em pagamento às Debêntures Subordinadas referem-se a Parcelamentos do PPI Rompidos. Para tanto, a Emissora deverá encaminhar, antes de efetuar o procedimento de dação em pagamento aqui referido, ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, os mesmos relatórios gerenciais relativos aos Direitos Creditórios do PPI encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão, acompanhado de relatório identificando quais Direitos Creditórios do PPI que se referem a Parcelamentos do PPI Rompidos serão utilizados para amortizar ou resgatar as Debêntures Subordinadas ("Comunicação de Dação de Pagamento de PPI"). O Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das informações enviadas pela Emissora, verificar, única e exclusivamente com base no relatório enviado pela Emissora mencionado acima, e enviar, por escrito, à Emissora, a confirmação de que a Comunicação de Dação em Pagamento de PPI apresentou todas as informações requeridas nesta Cláusula 3.17.14, sendo certo que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderão ser responsabilizados por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Quando da realização da dação em pagamento, os Direitos Creditórios do PPI decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos deverão ser precificados por meio de avaliação prévia devidamente acordada entre a Emissora e o Estado, a qual deverá considerar o valor do Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente na respectiva data de cessão, devidamente atualizado observados os critérios definidos no PPI.

3.17.15 A Emissora poderá, a qualquer tempo, promover a compensação automática dos valores devidos pela Emissora ao Estado, após a celebração do 1º aditamento à Escritura da 2ª Emissão, na qualidade de único titular das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com os valores devidos pelo Estado à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos Eventos de Indenização do PEP até o último Dia Útil do mês imediatamente subsequente à ocorrência de tais eventos.

3.17.16 A Emissora poderá, a qualquer tempo após quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, amortizar ou resgatar as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP

DUCEP
10 06 15

Rompidos, para os quais o período entre a data de Rompimento do Parcelamento PEP e a data de confirmação indicada abaixo seja igual ou superior a 12 (doze) meses, e desde que obtenha a confirmação do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão do recebimento das informações indicadas abaixo. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão relatório indicando (a) o valor a ser amortizado, (b) o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido; e (c) o(s) respectivo(s) Código(s) Criptografado(s) dos Parcelamentos do PEP Rompidos, e demonstrando que tais valores se referem aos Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP identificados como Parcelamentos do PEP Rompidos há, no mínimo, 12 (doze) meses nos relatórios mensais enviados pelo Estado à Emissora e por esta imediatamente encaminhados ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão nos termos das cláusulas 8.9, 8.12 e 8.15 do Contrato de Cessão do PEP e com base no Relatório Gerencial e nos valores constantes em suas demonstrações financeiras devidamente auditadas ("Comunicação de Dação em Pagamento do PEP"). O Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das informações enviadas pela Emissora, verificar, única e exclusivamente com base no relatório enviado pela Emissora mencionado acima, e enviar, por escrito, à Emissora, a confirmação de que a Comunicação de Dação em Pagamento do PEP apresentou todas as informações requeridas nesta Cláusula 3.17.16, sendo certo que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderão ser responsabilizados por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Quando da realização da dação em pagamento, os Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamento do PEP Rompidos há, no mínimo, 12 (doze) meses, deverão ser precificados por meio de avaliação prévia devidamente acordada entre a Emissora e cada Debenturista da 2ª Série da 2ª Emissão, a qual deverá considerar o valor do Saldo Devedor do Parcelamento PEP Vigente na respectiva data de cessão, devidamente atualizado observados os critérios definidos no PEP.

3.17.17 Os Direitos Creditórios do PPI, bem como a Conta de Recebimento PPI, foram cedidos fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI depositados na Conta de Recebimento PPI deverão, desde que satisfeitas as obrigações relativas às Debêntures da 1ª Emissão, ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão para a Conta de Excedente PPI, observados os termos e as condições da Escritura da 1ª Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI e do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros. Uma vez quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, a Conta de Recebimento PPI será cedida fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 3ª Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI.

3.17.18 Os Direitos Creditórios do PEP, bem como a Conta de Recebimento PEP, foram cedidos fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão e

Doc 339
10 06 15

ao pagamento das Debêntures da 3ª Emissão, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, tendo os Debenturistas da 1ª Emissão prioridade na ordem de realização de pagamentos com recursos dos Direitos Creditórios do PEP em caso de insuficiência de recursos para o pagamento das Debêntures da 1ª Emissão.

3.17.19 A cada mês, os recursos disponíveis na Conta de Recebimento PEP, bem como os Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, se houver, após efetuados os pagamentos e transferências, conforme previstos na Escritura da 1ª Emissão, serão utilizados ou aplicados, conforme o caso, para constituição e manutenção da Conta de Despesas 3, para pagamentos e transferências previstos nesta Escritura da 3ª Emissão e para constituição e manutenção do Fundo de Amortização – 3ª Emissão, conforme previsto nesta Escritura da 3ª Emissão, devendo o saldo remanescente da Conta de Recebimento PEP, observado o quanto previsto na Cláusula 3.18.2 desta Escritura da 3ª Emissão, se houver, ser transferido para a Conta da 2ª Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP.

3.17.20 A transferência a que se refere o item anterior somente será efetivada se: (i) a Emissora encontrar-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão, nesta Escritura da 3ª Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; e, cumulativamente, (ii) nenhum evento de avaliação e/ou evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos dos referidos documentos esteja em curso.

3.17.21 Os procedimentos referentes à amortização das Debêntures Subordinadas deverão ser imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora e seus administradores, na medida de sua culpabilidade, pelos prejuízos comprovados que vierem a causar aos Debenturistas da 1ª Emissão, aos Debenturistas da 3ª Emissão, e aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, na hipótese de (i) estar em curso qualquer evento de avaliação, e/ou evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos da Escritura da 1ª Emissão, desta Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, ou (ii) caso quaisquer transferências da Conta de Excedente PPI para a Conta de Recebimento PEP e/ou para a Conta da 2ª Emissão, solicitadas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão nos termos desta Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, respectivamente, não tenham sido atendidas.

3.17.22 Na hipótese elencada no item (i) acima, deverão ser mantidos na Conta de Recebimento PPI, na Conta de Recebimento PEP, na Conta de Excedente PPI e/ou na Conta 2ª Emissão, à disposição dos Debenturistas da 1ª Emissão, dos Debenturistas da 3ª Emissão, e dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme o caso, recursos suficientes para garantir: (a) juntamente com o saldo da Conta de Recebimento PPI e o saldo da Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão, o pagamento do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures da 1ª Emissão, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 1ª Emissão;

Doc 658
10 06 15

(b) o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 3ª Emissão; e (c) o pagamento do saldo do valor nominal unitário não amortizado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 2ª Emissão.

3.17.23 Na hipótese elencada no item (ii) acima, deverão ser retidos na Conta de Excedente PPI e transferidos para a Conta de Recebimento PEP e/ou Conta da 2ª Emissão, conforme o caso, os montantes solicitados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão nos termos da Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, respectivamente.

3.18. Da Conta de Recebimento PEP e da Ordem de Aplicação dos Recursos

3.18.1 Identificados pela Emissora recursos de titularidade do Estado que tenham sido depositados na Conta de Recebimento PEP, e desde que comunicado pela Emissora ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá verificar se a titularidade de tais recursos é do Estado única e exclusivamente com base nos relatórios enviados pela Emissora nos termos da Escritura da 3ª Emissão. Confirmado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão o direito do Estado a tais recursos, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão obriga-se a transferir tais recursos imediatamente, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento da comunicação enviada pela Emissora acima referida, para a Conta de Livre Movimentação PEP, independentemente da ocorrência de qualquer evento que enseje ou possa ensejar a amortização antecipada e/ou o vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão nos termos da Escritura da 3ª Emissão ou das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão, ou das Debêntures da 2ª Emissão nos termos da Escritura da 2ª Emissão, sendo que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderá ser responsabilizado por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Os recursos acima referidos, tão logo sejam transferidos para a Conta de Livre Movimentação PEP, deverão ser imediatamente transferidos pela Emissora para o Estado nos termos do Contrato de Cessão do PEP.

3.18.2 Os recursos da Conta de Recebimento PEP e os Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, nesta ordem, deverão ser transferidos ou aplicados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, agindo por conta e ordem da Emissora, observados (a) quaisquer termos e condições desta Escritura da 3ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, (b) os termos da Cláusula 3.18.3 adiante, e (iii) obrigatoriamente, a seguinte ordem de alocação:

- a) no curso ordinário da presente 3ª Emissão:
 - i) caso tenha recebido notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão sobre a insuficiência de recursos na Conta do Fundo de Amortização da 1ª Emissão

e/ou na Conta de Recebimento PPI para que a Emissora honre suas obrigações nos termos da Escritura da 1ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir recursos da Conta de Recebimento PEP e Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, obrigatoriamente nesta ordem, até o montante indicado na notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão, para a Conta de Recebimento PPI;

- 17

30 SEP
10 06 15

- i) caso tenha recebido notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão sobre a insuficiência de recursos na Conta do Fundo de Amortização da 1ª Emissão e/ou na Conta de Recebimento PPI para que a Emissora honre suas obrigações nos termos da Escritura da 1ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir recursos da Conta de Recebimento PEP e Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, obrigatoriamente, nesta ordem, até o montante indicado na notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão, para a Conta de Recebimento PPI;
- ii) havendo saldo na Conta de Recebimento PEP e/ou Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, após a transferência indicada na alínea "i" acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá, caso necessário, transferir recursos da Conta de Recebimento PEP e Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, obrigatoriamente nesta ordem, para constituição e/ou manutenção da Conta de Despesas 3, até o montante previsto na Cláusula Décima abaixo;
- iii) havendo saldo na Conta de Recebimento PEP e/ou Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, após as transferências indicadas nas alíneas "i" e "ii" acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir recursos da Conta de Recebimento PEP e Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, obrigatoriamente nesta ordem, para a Conta Banco Mandatário 3 para que seja realizado o pagamento, até o Dia Útil posterior ao da transferência, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão devida aos Debenturistas da 3ª Emissão e eventuais encargos devidos, sendo que deverão ser efetuadas quantas transferências forem necessárias até que ocorra a quitação integral das Debêntures da 3ª Emissão; e
- iv) havendo saldo na Conta de Recebimento PEP e/ou Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, após as transferências indicadas nas alíneas "i" a "iii" acima, e, no Dia Útil em que for comprovada a quitação integral das Debêntures da 3ª Emissão, incluindo principal e encargos, observados os termos e condições desta Escritura da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, ou quem sucedê-lo na gestão da Conta de Recebimento PEP, deverá realizar as transferências de forma individualizada dos Rendimentos da Conta de Recebimento PEP e do saldo da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão.

3.18.3 Os recursos da Conta de Excedente PPI e os Rendimentos da Conta de Excedente PPI, nesta ordem, deverão ser transferidos ou aplicados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, agindo por conta e ordem da Emissora, observada, obrigatoriamente, a seguinte ordem de alocação:

- i) caso tenha recebido notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão sobre a insuficiência de recursos na Conta do Fundo de Amortização 1ª Emissão ou na Conta de Recebimento PPI para que a Emissora honre suas obrigações nos termos da Escritura da 1ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir recursos da Conta Excedente PPI e Rendimentos da Conta de Excedente PPI, obrigatoriamente nesta ordem, para a Conta de Recebimento PPI, até o montante indicado na notificação do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- ii) desde que (a) não estejam em curso eventos de avaliação, amortização antecipada e/ou vencimento antecipado relativos às Debêntures da 1ª Emissão, conforme disposto na Escritura da 1ª Emissão, e (b) após atendida a transferência indicada na alínea “i” acima, em caso de insuficiência de recursos para que a Emissora honre suas obrigações nos termos da Escritura da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir, assim que disponível, recursos da Conta de Excedente PPI e Rendimentos da Conta de Excedente PPI, se existentes e/ou assim que venham a ser transferidos para essa conta, nesta ordem, para a Conta de Recebimento PEP, até o montante suficiente para cobertura das obrigações da Emissora na Escritura da 3ª Emissão, tanto no curso ordinário de pagamento das obrigações relativas às Debêntures da 3ª Emissão ou na hipótese de estar em curso um evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão;
- iii) desde que (a) não estejam em curso eventos de avaliação, amortização antecipada e/ou vencimento antecipado relativos às Debêntures da 3ª Emissão, conforme disposto na Escritura da 3ª Emissão, (b) após atendidas as transferências indicadas nas alíneas “i” e “ii” acima e (c) tenha recebido notificação do Agente Fiduciário da 2ª Emissão de insuficiência de recursos na Conta da 2ª Emissão para que a Emissora honre suas obrigações nos termos da Escritura da 2ª Emissão tanto no curso ordinário de pagamento das obrigações relativas às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão ou na hipótese de estar em curso um evento de amortização antecipada das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e/ou evento de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir, assim que disponível, recursos da Conta de Excedente PPI e Rendimentos da Conta de Excedente PPI, se existentes e/ou assim que venham a ser transferidos para essa conta, nesta ordem, até o montante indicado na notificação do Agente Fiduciário da 2ª Emissão para a Conta da 2ª Emissão; e
- iv) desde que (a) não estejam em curso eventos de avaliação ou amortização antecipada das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e/ou eventos de vencimento antecipado relativos às Debêntures da 2ª Emissão, conforme

20:59
10 06 15

disposto na Escritura da 2ª Emissão e (b) após atendidas as transferências indicadas nas alíneas “i” a “iii” acima o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, ou quem sucedê-lo, na gestão da Conta de Recebimento PEP, deverá transferir, assim que disponível, os recursos da Conta de Excedente PPI e os Rendimentos da Conta de Excedente PPI, se existentes e/ou assim que venham a ser transferidos para essa conta, (1) para a Conta de Livre Movimentação PPI no penúltimo Dia Útil de cada mês, caso as Debêntures Subordinadas ainda não tenham sido quitadas ou (2) após a quitação das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures Subordinadas, transferir tais recursos somente mediante solicitação da Emissora, em até 1 (um) Dia Útil, para a conta por esta indicada na referida solicitação.

3.18.4 Os recursos retidos e aplicados no Fundo de Amortização – 3ª Emissão também deverão ser utilizados para quitar as obrigações perante os titulares das Debêntures da 1ª Emissão, caso os recursos da Conta Excedente PPI e os recursos excedentes da Conta de Recebimento PEP, e respectivos Rendimentos, se houver, não sejam suficientes para realizar as transferências e retenções previstas no subitem (a) “i” e no subitem (b) “i” do item 3.18.2 acima.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 3ª EMISSÃO

4.1 Data de Emissão

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 3ª Emissão será o dia 18 de maio de 2015 (“Data de Emissão”).

4.2 Valor Nominal Unitário

4.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture da 3ª Emissão é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

4.3 Quantidade de Debêntures e Número de Séries

4.3.1. Serão emitidas inicialmente 60.000 (sessenta mil) debêntures, em série única (“Debêntures da 3ª Emissão”), observando que tal montante pode ser aumentado em função da emissão de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures do Lote Suplementar, conforme disposto nas Cláusulas abaixo, sendo que a quantidade final de Debêntures da 3ª Emissão a ser emitida será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* nos termos das Cláusulas abaixo.

4.3.2. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo), poderá ser acrescida em até 8,34% (oito inteiros e trinta e quatro

JUCESP
10 06 15

centésimos por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures da 3ª Emissão ("Debêntures do Lote Suplementar"), destinadas a atender o excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures da 3ª Emissão originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, observado que as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

4.3.3. Adicionalmente, nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 9.000 (nove mil) Debêntures da 3ª Emissão ("Debêntures Adicionais"), na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures da 3ª Emissão originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, observado que as Debêntures Adicionais eventualmente emitidas serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

4.3.4. Caso ocorra o aumento na quantidade de Debêntures da 3ª Emissão originalmente ofertada, esta Escritura da 3ª Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão efetivamente emitidas, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura da 3ª Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, no prazo de até 20 (vinte) dias de sua celebração, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, nos termos da RCA.

4.4 Espécie

4.4.1. As Debêntures da 3ª Emissão serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5 Conversibilidade

4.5.1. As Debêntures da 3ª Emissão não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.6 Forma

4.6.1. As Debêntures da 3ª Emissão são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

2006-05-10 06:15

4.7 Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures da 3ª Emissão vencerão em 16 de junho de 2020 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 3ª Emissão pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e dos demais encargos devidos e não pagos até a data de seu efetivo pagamento, calculada na forma da Cláusula 4.9 abaixo.

4.8 Atualização do Valor Nominal

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão não será atualizado monetariamente.

4.9 Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding* e, em todo caso, limitada a 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ("Taxa Máxima") ao ano, expressa em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão até a Data da Incorporação, para o primeiro Período de Capitalização, e para os demais períodos, da Data da Incorporação, ou da data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão subsequente, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração da 3ª Emissão"):

$$R = \{SVN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}.$$

onde:

R = valor unitário da Remuneração da 3ª Emissão devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Período de Capitalização = intervalo de tempo que (i) se inicia na Data de Emissão e termina na Data da Incorporação, no caso do primeiro Período de Capitalização, (ii) se inicia na Data da Incorporação e termina na data do primeiro pagamento da Remuneração da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão, no caso do

JUCESP
10 05 15

segundo Período de Capitalização, ou (iii) se inicia na data do primeiro pagamento da Remuneração da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão ou na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

SVN = Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 3ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

$$k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$$d_k = 1;$$

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

00:00:00
10:05:15

onde:

Spread = a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, observada a Taxa Máxima, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

"n" = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data da Incorporação das Debêntures da 3ª Emissão, ou data de pagamento da Remuneração da 3ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "n" um número inteiro.

4.9.1.1. Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.
- (ii) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante (Fator DI) com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista relativa às Debêntures da 3ª Emissão, conforme o disposto nesta Escritura da 3ª Emissão, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data, por até 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da 3ª Emissão, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção da Taxa DI ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a Taxa SELIC. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão (na forma e nos prazos

DUCE SP
10 05 15

estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura da 3ª Emissão), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos acima definidos, para que seja deliberada pelos Debenturistas da 3ª Emissão a ratificação da aplicação da Taxa SELIC ou aplicação de uma nova taxa a ser definida de comum acordo entre os Debenturistas da 3ª Emissão e a Emissora, sobre a qual será aplicado o *spread* aplicável à Remuneração da 3ª Emissão, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, sempre de forma a preservar o valor real da Remuneração da 3ª Emissão. Aprovada a deliberação acima referida, por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, a nova taxa será aplicada a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, segundo as regras determinadas pelos Debenturistas da 3ª Emissão em conjunto com a Emissora no curso da referida Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da 3ª Emissão.

4.9.4. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa SELIC por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção da Taxa SELIC ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, ausência de ratificação da Taxa SELIC ou aprovação de nova taxa para substituí-la pelos Debenturistas da 3ª Emissão na forma da Cláusula 4.9.3 acima, a Emissora deverá, em regime de caixa, e observadas as Cláusulas 3.18.2 e 3.18.3, promover a amortização extraordinária parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, no resgate total do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, observado o critério *pro rata temporis*.

4.9.5. As Debêntures da 3ª Emissão resgatadas nos termos da Cláusula 4.9.4 acima deverão ser imediatamente canceladas.

4.10 Periodicidade de Pagamento da Remuneração da 3ª Emissão

4.10.1. A Remuneração da 3ª Emissão correspondente a cada Período de Capitalização será devida nas datas indicadas no cronograma definido no “Anexo III” desta Escritura da 3ª Emissão (“Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão”). A Remuneração da 3ª Emissão devida entre a Data de Emissão e 30 de junho de 2015 (“Data da Incorporação”) será incorporada ao Valor Nominal Unitário, sendo este valor a base de cálculo para o próximo Período de Capitalização.

DUCE SP
10 06 15

4.11 Amortização

4.11.1. As Debêntures da 3ª Emissão serão amortizadas em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, nas datas indicadas no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão, vencendo-se a 1ª (primeira) parcela em 15 de julho de 2015 e a última em 16 de junho de 2020. O percentual de amortização indicado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão incidirá sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme indicado no “Anexo III”.

4.12 Subscrição e Preço de Integralização

4.12.1. As Debêntures da 3ª Emissão serão subscritas e integralizadas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão.

4.13 Direito de Preferência

4.13.1. Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures da 3ª Emissão, conforme deliberado na AGE e na RCA.

4.14 Pagamentos e Fundo de Amortização – 3ª Emissão

4.14.1. A Emissora deverá constituir, com os recursos depositados na Conta de Recebimento PEP, em moeda corrente nacional ou em aplicações financeiras, mantidas e/ou vinculadas à Conta de Recebimento PEP e Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, relacionados a essa conta, na forma do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, um fundo de amortização para as Debêntures da 3ª Emissão no montante mínimo indicado na Cláusula 4.14.2, o qual deverá ser mantido até a quitação das Debêntures da 3ª Emissão (“Fundo de Amortização – 3ª Emissão”).

4.14.2. O Fundo de Amortização – 3ª Emissão deverá ter valor mínimo equivalente: (i) à próxima parcela de pagamento de Remuneração da 3ª Emissão e amortização de principal das Debêntures da 3ª Emissão até o final do segundo Período de Capitalização; (ii) às próximas 2 (duas) parcelas de pagamento de Remuneração da 3ª Emissão e amortização de principal das Debêntures da 3ª Emissão até o final do terceiro Período de Capitalização; e (iii) às próximas 3 (três) parcelas de pagamento de Remuneração da 3ª Emissão e amortização de principal das Debêntures da 3ª Emissão até o final do quarto Período de Capitalização e nos Períodos de Capitalização seguintes até a quitação das Debêntures da 3ª Emissão, conforme datas e valores das parcelas previstos na tabela contida no “Anexo III” desta Escritura da 3ª Emissão, as quais deverão ser razoavelmente projetadas, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, até suas datas de pagamento, considerando-se (a) as taxas de

00:59
10 05 15

juros em vigor na data em que efetuar a verificação do valor do Fundo de Amortização – 3ª Emissão e (b) o critério *pro-rata temporis*.

4.14.3. Caso, em qualquer data, o valor mantido na Conta de Recebimento PEP e/ou em aplicações financeiras vinculadas à Conta de Recebimento PEP que constituam o Fundo de Amortização – 3ª Emissão, inclusive Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, seja inferior aos montantes mínimos definidos na Cláusula 4.14.2 acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir recursos da Conta de Excedente PPI, existentes, ou assim que recebidos da Conta Recebimento PPI, para a Conta de Recebimento PEP, em montante suficiente para efetuar o reenquadramento do Fundo de Amortização – 3ª Emissão nos termos das Cláusulas 3.18.2 e 3.18.3.

4.14.4. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá verificar, a partir das 16h00min (dezesesseis horas) do 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de cada parcela de Remuneração das Debêntures da 3ª Emissão e de amortização de principal das Debêntures 3ª Emissão, se há montante suficiente na Conta de Recebimento PEP para realização de tais pagamentos e para a manutenção do montante mínimo da Conta de Despesas 3 definido na Cláusula Décima, e do Fundo de Amortização – 3ª Emissão definido na Cláusula 4.14. Caso não seja suficiente, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, deverá bloquear e transferir recursos da Conta de Excedente PPI, quando e assim que houver recursos disponíveis na referida conta, para a Conta de Recebimento PEP, até o montante necessário para compor os valores relativos ao pagamento da parcela vincenda da Remuneração da 3ª Emissão e da amortização de principal das Debêntures da 3ª Emissão e/ou ao reenquadramento do Fundo de Amortização – 3ª Emissão e da Conta de Despesas 3, se for o caso.

4.14.5. Caso seja necessário, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá utilizar os Rendimentos da Conta de Recebimento PEP, bem como os recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização – 3ª Emissão, obrigatoriamente nesta ordem, para a manutenção da Conta de Despesas 3 e para o pagamento da parcela vincenda da Remuneração da 3ª Emissão e da amortização de principal das Debêntures da 3ª Emissão caso a Emissora não conte com recursos suficientes na data de transferência para a Conta Banco Mandatário 3, necessários ao pagamento integral e tempestivo das respectivas obrigações.

4.14.6. Os recursos mantidos em moeda corrente nacional ou em aplicações financeiras vinculadas à Conta de Excedente PPI, à Conta de Recebimento PEP (incluindo o Fundo de Amortização – 3ª Emissão), à Conta de Despesas 3 e à Conta Banco Mandatário 3, bem como os Rendimentos, integram, de forma irrevogável e irretroatável, a Garantia Real prestada em favor dos Debenturistas da 3ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, e deverão ser acompanhados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão.

00:55:10
10 05 15

4.14.7. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Excedente PPI, à Conta de Recebimento PEP (incluindo o Fundo de Amortização – 3ª Emissão), à Conta de Despesas 3 e à Conta Banco Mandatário 3, de acordo com as disposições da Escritura da 1ª Emissão e desta Escritura da 3ª Emissão e os termos e as condições do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão.

4.15 Garantias

4.15.1. As Debêntures da 3ª Emissão são da espécie com garantia real, a serem constituídas e reguladas no Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, no Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI (“Garantia Real”), conforme descrita abaixo:

- a) observados os termos e as condições do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), no que forem aplicáveis: cessão fiduciária, constituída pela Emissora em favor dos Debenturistas da 1ª Emissão e dos Debenturistas da 3ª Emissão, de forma compartilhada, dos Direitos Creditórios do PEP, sendo certo que em caso de insuficiência de recursos para a quitação das obrigações decorrentes da Escritura da 1ª Emissão, os Debenturistas da 1ª Emissão possuem prioridade na utilização dos recursos objeto desta garantia;
- b) observados os termos e as condições do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), no que forem aplicáveis: cessão fiduciária, constituída em favor dos Debenturistas da 3ª Emissão: (i) dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento PEP (incluindo o Fundo de Amortização – 3ª Emissão), na Conta de Excedente PPI, na Conta Banco Mandatário 3 e na Conta de Despesas 3 (doravante denominadas, em conjunto, “Contas Vinculadas”); e (ii) dos títulos, bens e direitos, decorrentes dos investimentos permitidos realizados com os recursos depositados em cada Conta Vinculada, respectivamente. A cessão fiduciária dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento PEP (incluindo o Fundo de Amortização – 3ª Emissão) e na Conta de Excedente PPI, incluindo os Rendimentos da Conta de Recebimento PEP e da Conta de Excedente PPI, é compartilhada com os Debenturistas da 1ª Emissão até a quitação das Debêntures da 1ª Emissão, sendo certo que em caso de insuficiência de recursos para a quitação das obrigações decorrentes da Escritura da 1ª Emissão, os Debenturistas da 1ª Emissão possuem prioridade na utilização dos recursos objeto desta garantia; e

[illegible]

- c) observados os termos e as condições do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), no que forem aplicáveis: a cessão fiduciária, em favor do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento PPI, observado que esta garantia somente será constituída após a quitação das Debêntures da 1ª Emissão.

4.15.1.1. Para fins de esclarecimentos, a cessão fiduciária sobre os recursos mantidos e/ou depositados na Conta Banco Mandatário 3 e na Conta de Despesas 3 e dos Rendimentos relacionados a essas contas não será compartilhada com os titulares das Debêntures da 1ª Emissão.

4.15.1.2. Enquanto existirem Debêntures da 3ª Emissão em circulação, o valor mínimo da Garantia Real deve ser equivalente a, no mínimo, 160% (cento e sessenta por cento) da soma do saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos e do saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Emissão, acrescido da remuneração da 1ª Emissão e demais encargos devidos, observado o critério *pro-rata temporis*. De forma a verificar-se o enquadramento, pela Emissora, ao parâmetro acima estabelecido, a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão calcular, no antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário (cada uma “Data de Verificação”), após o recebimento do Relatório Gerencial, o Índice de Garantia Real (“IGR”), por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{\sum_{n=1}^k VDC_n + VFA + VCBM + VCEPPI}{SDR}$$

onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.

VDC_n Soma do (a) Valor Presente do PEP Ativo e (b) Valor Presente do PPI Ativo, sendo:

(a) “Valor Presente do PEP Ativo”: (1) valor das parcelas dos Direitos Creditórios do PEP vincendas até a Data de Vencimento descontados pela taxa de juros de cada um dos respectivos Parcelamentos do PEP, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, deduzido do (2) valor das parcelas dos Direitos Creditórios do PEP vincendas até a Data de Vencimento, descontados pela taxa de juros de cada um dos respectivos Parcelamentos do PEP, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a respectiva

DUCEP
10 06 15

Data de Verificação, cujo status no Relatório Gerencial enviado, pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário (i) conste como “ROMPIDO” e/ou (ii) ou sejam de Parcelamento(s) do PEP que já atendam, nos termos da legislação aplicável ao PEP, aos requisitos necessários para que o(s) respectivo(s) Parcelamento(s) do PEP seja(m) considerado(s) Parcelamento(s) do PEP Rompido(s), conforme aplicável, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

- (b) “Valor Presente do PPI Ativo”: (1) soma das parcelas dos Direitos Creditórios do PPI vincendas até a Data de Vencimento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a respectiva Data de Verificação, deduzido da (2) soma das parcelas dos Direitos Creditórios do PPI vincendas até a Data de Vencimento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a respectiva Data de Verificação, cujo status no Relatório Gerencial enviado, pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário, (i) conste como “ROMPIDO” e/ou (ii) já atendam, nos termos da legislação aplicável ao PPI, aos requisitos necessários para que o(s) respectivo(s) Parcelamento(s) do PPI seja(m) considerado(s) Parcelamento(s) do PPI Rompido(s), conforme aplicável, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

VFA	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados ao Fundo de Amortização – 3ª Emissão, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
VCBM	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta Banco Mandatário 3, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
VCEPPI	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e

DUCEAP
10 DE 15

aplicações financeiras, vinculados à Conta de Excedente PPI, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

- SDR somatório do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão e do saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos, e da remuneração da 1ª Emissão apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
- K Número total de meses entre a Data de Verificação e a Data de Vencimento, sendo K um número inteiro.

4.15.1.3. Enquanto existirem Debêntures da 3ª Emissão em circulação, o IGR, apurado na forma da Cláusula 4.15.1.2 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,6 (um vírgula seis). Caso o valor do IGR seja inferior a 1,6 (um vírgula seis), em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação. Para os fins e efeitos de cálculo do IGR, a 1ª (primeira) verificação ocorrerá no penúltimo Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente ao da 1ª (primeira) data de amortização das Debêntures da 3ª Emissão.

4.15.1.4. Os recursos decorrentes do pagamento, resgate ou alienação dos títulos financeiros, presentes ou futuros, e quotas de fundos de investimento, adquiridos, pela Emissora, com os recursos depositados em cada uma das Contas Vinculadas deverão ser obrigatoriamente creditados na respectiva conta de origem. Caberá ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão, previamente à movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, verificar, mediante a assinatura das instituições financeiras custodiantes dos ativos em questão sobre a notificação realizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão, que (a) as instituições financeiras custodiantes dos ativos em questão comprometeram-se, por escrito, a observar o acima previsto; e (b) os respectivos bens e direitos encontram-se devidamente onerados em favor dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Emissão, se for o caso, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e da legislação em vigor.

4.15.1.5. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar todo e qualquer ato, enviar correspondências, assinar e entregar qualquer tipo de documento ou declaração, que venha a ser solicitado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, necessário ao aperfeiçoamento e formalização da cessão fiduciária dos bens e direitos vinculados à Garantia Real.

DUCE SP
10 05 15

4.15.1.6. Enquanto existirem Debêntures da 3ª Emissão em circulação, a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão calcular o Índice de Cobertura (“IC”) em cada Data de Verificação, utilizando-se dos últimos Relatórios Gerenciais disponibilizados pela Emissora, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m};$$

onde:

- IC_m Índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês *m*.
- VCR_m somatório dos valores dos Direitos Creditórios do PEP e dos valores dos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora, recebido nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m* e de qualquer transferência adicional que seja feita para a Conta de Recebimento PEP e para a Conta de Recebimento PPI nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m*, deduzidos (i) dos valores de principal e juros pagos nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e os pagos no mês *m* aos Debenturistas da 1ª Emissão e aos titulares das Debêntures Subordinadas (valor esse a ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão) e (ii) de qualquer retenção feita na Conta de Recebimento PPI e/ou na Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão e adicionado de qualquer liberação da Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m*.
- VAM_m somatório dos valores da amortização das Debêntures da 3ª Emissão, previstos para pagamento nos 2 meses imediatamente anteriores ao mês *m* somado ao valor da amortização das Debêntures da 3ª Emissão previsto para pagamento no mês *m*, conforme definido na tabela contida no “Anexo III” desta Escritura da 3ª Emissão.
- VJ_m somatório dos valores de juros das Debêntures da 3ª Emissão, conforme definidos na Cláusula 4.9, previstos para pagamento nos 2 meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m*.

4.15.1.7. Enquanto existirem Debêntures da 3ª Emissão em circulação, cada Índice de Cobertura, apurado na forma da Cláusula (4.15.1.6) acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,4 (um vírgula quatro), sendo que a verificação do Índice de Cobertura iniciará a partir do primeiro mês de pagamento da Remuneração da 3ª Emissão e a amortização das Debêntures da 3ª Emissão, ou seja, a 1ª (primeira) Data de Verificação será 30 de agosto de 2015.

DUCESP
10 05 15

4.15.1.8. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, a Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da Garantia Real, mesmo na hipótese de os Direitos Creditórios do PEP ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, serem objeto de Eventos de Indenização do PEP ou tornem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da garantia ali prestada.

4.15.1.9. Os recursos depositados nas Contas Vinculadas somente poderão ser aplicados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, atuando por conta e ordem da Emissora, em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (b) operações compromissadas tendo por lastro os títulos acima referidos e como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas; (c) quotas de fundos de investimentos, administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária e cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos preponderantemente nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” anteriores; e/ou (d) fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, que invistam em quotas dos fundos identificados na alínea “c” acima, sendo expressamente vedada a aquisição de ativos de renda variável. Para os fins e efeitos desta Escritura, são consideradas “Instituições Autorizadas” as seguintes instituições financeiras: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Itaú Unibanco S.A.; e (iii) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos subitens “i” e “ii” acima.

CLÁUSULA QUINTA – DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E DO RESGATE ANTECIPADO PELA EMISSORA

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora não poderá adquirir Debêntures da 3ª Emissão desta Emissão.

5.2. Resgate Antecipado

5.2.1. As Debêntures da 3ª Emissão não poderão ser antecipadamente resgatadas, ressalvado o seu resgate antecipado quando da realização do último pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, caso tenha sido declarada a amortização antecipada e/ou o vencimento antecipado nos termos desta Escritura da 3ª Emissão.

DUCESP
10 05 15

**CLÁUSULA SEXTA – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS
EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA**

6.1. Eventos de Avaliação

6.1.1. São considerados eventos de avaliação (“Eventos de Avaliação”), sujeitos aos procedimentos definidos na Cláusula 6.1.2 e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) existência de quaisquer títulos emitidos pela Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação de seus efeitos ou, ainda, sejam prestadas garantias adequadas em juízo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protesto;
- b) inadimplência da Emissora no cumprimento de qualquer obrigação de natureza financeira em que a mesma seja a principal pagadora ou garantidora e/ou caso tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o IGR, em qualquer Data de Verificação;
- d) caso, em cada Data de Verificação, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios do PEP de titularidade da Emissora, que tenham sido objeto, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, de extinção, total ou parcial, em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento, nos termos da alínea “a” da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão do PEP, seja igual ou superior ao valor do VDC, conforme indicado na Cláusula 4.15.1.2. acima, apurado para a respectiva Data de Verificação;
- e) caso o IC_m não atenda ao disposto na Cláusula 4.15.1.6 em qualquer Data de Verificação;
- f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura da 3ª Emissão, que não seja integralmente sanada pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de inadimplemento;
- g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista em qualquer dos Documentos da Operação, exceto com relação às obrigações desta Escritura da 3ª

DUCESP
10 05 15

Emissão, ou àquelas referentes às Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e às Debêntures Subordinadas, que não seja integralmente sanado pela Emissora nos prazos ali estabelecidos e, se não houver prazo específico estabelecido, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do respectivo inadimplemento;

- h) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Documentos da Operação provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- i) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Documentos da Operação, exceto com relação às obrigações referentes às Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e às Debêntures Subordinadas, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Documentos da Operação, que não seja integralmente sanado nos prazos ali estabelecidos e, se não houver prazo específico estabelecido, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do respectivo inadimplemento;
- j) caso a legalidade ou a validade da cessão dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI pelo Estado para a Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI e/ou de qualquer dos Documentos da Operação, venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa, que afete o curso ordinário do Processo de Securitização do PEP ou do PPI, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou administrativa, caso aplicável, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou o Estado forem intimados do respectivo procedimento, e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;
- k) caso a legalidade ou a validade da emissão das Debêntures da 3ª Emissão venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa que afete o curso ordinário do Processo de Securitização do PEP e do PPI, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou administrativa caso aplicável, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou o Estado forem intimados do respectivo procedimento e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;
- l) caso ocorra o inadimplemento do Estado e/ou a declaração do vencimento antecipado de suas obrigações assumidas em qualquer dos instrumentos jurídicos perfilados (i) no “anexo A” da declaração preparada pelo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na forma do “anexo VII” do Contrato de Cessão do PEP, (ii) no “anexo I” da declaração preparada pelo Secretário da Fazenda do Estado de São

DUCESP
10 06 15

Paulo na forma do “anexo XII” do Contrato de Cessão do PPI, e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de recebimento pela Emissora de notificação e qualquer dos Agentes Fiduciários apontando a ocorrência do respectivo evento;

- m) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- n) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- o) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- p) rebaixamento da classificação de risco outorgada às Debêntures da 3ª Emissão para nota inferior a AA (*flat*) em escala nacional ou equivalente, sempre se considerando a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco responsável pela emissão da nota;
- q) caso, no antepenúltimo Dia Útil de cada mês, os valores retidos e aplicados na Conta de Recebimento PEP referentes ao Fundo de Amortização – 3ª Emissão sejam inferiores aos montantes mínimos definidos na Cláusula 4.14.2;
- r) caso no antepenúltimo Dia Útil de cada mês, o saldo da Conta de Despesas 3 não seja igual ou superior ao valor mínimo indicado na Cláusula Décima;
- s) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora não seja feita por Empresa de Auditoria Independente;
- t) caso a Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, divulgada seja maior ou igual a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, do Dia Útil imediatamente anterior;
- u) ocorrência de qualquer tipo de proposta de legislação ou medida administrativa, por iniciativa do Poder Executivo, do Estado de São Paulo que implique na modificação das características dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI ao tempo de sua cessão para a Emissora;

DUCESP
10 06 15

- v) ocorrência, em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação no período de 12 (doze) meses, de qualquer Evento de Indenização do PEP e de Evento de Indenização do PPI, cujo valor indenizatório total devido pelo Estado à Emissora em razão do referido Evento de Indenização do PEP e Evento de Indenização do PPI seja igual ou superior ao valor mensal de juros e amortização a ser pago pela Emissora no mês imediatamente seguinte ao da Data de Verificação, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão; exceto indenização devida em decorrência (a) de eventual diferença do valor dos Direitos Creditórios do PEP entre o fechamento do dia 28 de novembro de 2014 e a data da efetivação da cessão dos Direitos Creditórios do PEP que não sejam recebidos pela Emissora e (b) ausência da incidência de acréscimos financeiros devidos à Emissora nos termos do Contrato de Cessão do PEP, nas parcelas vencidas dos Parcelamentos do PEP e dos Parcelamentos do PEP Rompidos, conforme sejam identificados pela Emissora no relatório mensal enviado pelo Estado à Emissora nos termos da cláusula 8.15 do Contrato de Cessão do PEP;
- w) ocorrência de qualquer evento de avaliação das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, previstos na Escritura da 1ª Emissão e na Escritura da 2ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- x) ocorrência de evento e/ou determinação de amortização antecipada das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão, e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nos termos da Escritura da 2ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão; ou
- y) ocorrência de evento e/ou declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão, e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nos termos da Escritura da 2ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão.

6.1.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

6.1.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, para que seja avaliado o grau de comprometimento da 3ª Emissão, devendo o Agente Fiduciário da 3ª Emissão interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da

DUCESP
10 06 15

Conta de Recebimento PEP, da Conta de Excedente PPI e dos Rendimentos relacionados a essas contas para a Conta da 2ª Emissão e/ou para a Conta de Livre Movimentação PPI.

6.1.4. Os titulares das Debêntures da 3ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, convocada na forma da Cláusula 6.1.3 acima e instalada nos termos da Cláusula 11.2 abaixo, poderão deliberar por maioria das Debêntures da 3ª Emissão em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 3ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação: (i) que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão reinicie os procedimentos de transferência de valores excedentes da Conta de Recebimento PEP e dos Rendimentos da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão, e da Conta de Excedente PPI e dos Rendimentos da Conta de Excedente PPI para a Conta da 2ª Emissão e/ou Conta de Livre Movimentação PPI, conforme o caso; (ii) que o Evento de Avaliação seja considerado um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste hipótese, deverá ser observado o disposto na Cláusula 6.2.2 abaixo; ou (iii) que o Evento de Avaliação seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado, sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

6.1.5. Na hipótese do item “ii” da Cláusula 6.1.4 acima, os Debenturistas da 3ª Emissão poderão definir, no curso da referida Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, os eventos que ensejarão a convalidação automática do Evento de Avaliação (considerado como um Evento de Amortização Antecipada) em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão prevista na Cláusula 6.2.5 e sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

6.2. Eventos de Amortização Antecipada

6.2.1. São considerados eventos de amortização antecipada (“Eventos de Amortização Antecipada”), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas da 3ª Emissão prevista nesta Escritura da 3ª Emissão, que não seja integralmente sanada pela Emissora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data de vencimento da respectiva obrigação;
- b) caso seja ajuizada contra a Emissora, pelo Governo do Estado, qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Documentos da Operação;
- c) caso seja proposta qualquer tipo de legislação ou medida administrativa, pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, que inviabilize os procedimentos descritos nesta Escritura da 3ª Emissão, nas Debêntures da 3ª Emissão ou nos demais Documentos da Operação;

DUCESP
10 06 15

- d) caso seja aprovada qualquer legislação estadual ou medida administrativa que inviabilize os procedimentos descritos nos Documentos da Operação;
- e) rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão do PEP, do Contrato de Cessão do PPI, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI, do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação; ou
- f) deliberação, pelos Debenturistas da 3ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

6.2.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, enquanto esse evento não for interrompido na forma prevista na Cláusula 6.2.6 abaixo, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão (i) deverá, caso já não o tenha feito, interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento PEP e dos Rendimentos da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão e da Conta de Excedente PPI e dos Rendimentos da Conta de Excedente PPI, se houver, para qualquer conta que não seja uma Conta Vinculada, bem como (ii) providenciará a utilização dos recursos depositados na Conta de Excedente PPI, na Conta de Recebimento PEP e no Fundo de Amortização – 3ª Emissão e dos Rendimentos relacionados à Conta de Recebimento PEP e à Conta de Excedente PPI disponíveis ou que venham a ser creditados por conta de arrecadação futura, para os seguintes pagamentos e na seguinte ordem (A) na quitação das Debêntures da 1ª Emissão, caso solicitado pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão, (B) na amortização extraordinária parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, se houver saldo, (C) no resgate total do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável, incorridos até a data do pagamento, observado o critério *pro rata temporis*.

6.2.3. Os recursos referidos no item “ii” (B) e item “ii” (C) da Cláusula 6.2.2 acima, deverão ser inicialmente imputados no pagamento da Remuneração da 3ª Emissão e posteriormente na amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão.

6.2.4. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento.

JUCESP
10 06 15

6.2.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, para que seja avaliado o grau de comprometimento das obrigações desta 3ª Emissão. Os titulares das Debêntures da 3ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, instalada nos termos da Cláusula 11.2 abaixo, poderão deliberar, por maioria das Debêntures da 3ª Emissão em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 3ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação, (i) que o Evento de Amortização Antecipada seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) quais os eventos que ensejarão a convolação automática do Evento de Amortização Antecipada em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão.

6.2.6. Sem prejuízo da prerrogativa prevista da Cláusula 6.1.5 acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, os titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 3ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão em 1ª (primeira) convocação, ou por maioria das Debêntures da 3ª Emissão presentes, em 2ª (segunda) convocação, poderão deliberar a interrupção dos procedimentos definidos na Cláusula 6.2.2 acima e a consequente retomada das transferências de valores da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão e da Conta de Excedente PPI para a Conta de Livre Movimentação PPI ou para a Conta da 2ª Emissão, conforme o caso.

6.2.7. Na hipótese de amortização antecipada das Debêntures da 3ª Emissão que estejam custodiadas na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Eventos de Vencimento Antecipado

7.1.1. São considerados eventos de vencimento antecipado ("Eventos de Vencimento Antecipado"), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, aut falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- b) liquidação, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- c) extinção ou dissolução da Emissora;

DUCESP
10 06 15

- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) cessão, promessa de cessão ou qualquer outra forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, de suas obrigações assumidas nesta Escritura da 3ª Emissão;
- f) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador;
- g) concessão de autorização para a redução de capital da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- h) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos do Contrato de Centralização e Repasse de Recursos e dos respectivos Documentos da Operação, sem a assunção, por outra instituição financeira, sem solução de continuidade, de suas responsabilidades definidas nos Documentos da Operação dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;
- i) caso seja realizada qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Emissora;
- j) deliberação, pelos Debenturistas da 3ª Emissão, em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, que qualquer dos Eventos de Avaliação ou dos Eventos de Amortização Antecipada constitui um Evento de Vencimento Antecipado, nas formas definidas nas Cláusulas 6.1.4 e 6.2.4;
- k) caso a Emissora adquira quaisquer direitos creditórios que não estejam expressamente previstos na Lei Autorizativa, conforme vigente na Data de Emissão;
- l) caso a Emissora adquira, no curso de cada exercício social, quaisquer ativos imobilizados em valor unitário superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), ressalvada (1) a realização de aplicações financeiras previstas nos Documentos da Operação, e (2) a aquisição de direitos creditórios expressamente previstos na Lei Autorizativa;
- m) caso a Emissora contrate quaisquer operações de financiamentos ou emita títulos de dívida ou valores mobiliários, exceto por quaisquer títulos de dívida ou valores mobiliários dos quais decorram obrigações que estejam subordinadas às obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures da 1ª Emissão, das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nesta ordem;
- n) caso a Emissora realize quaisquer outras atividades estranhas ao seu objeto social que possa afetar e/ou frustrar os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares

30.05.15

das Debêntures da 3ª Emissão, o equilíbrio econômico financeiro da Emissora e a boa ordem legal, administrativa e econômico financeira da Emissora; ou

- o) após quitação das Debêntures da 1ª Emissão, onerar a qualquer título a parcela do fluxo financeiro correspondente aos Direitos Creditórios do PPI vencidos, exceto se ceder fiduciariamente em garantia aos Debenturistas da 3ª Emissão.

7.1.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento.

7.1.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, excetuados aqueles perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures da 3ª Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, acrescido da Remuneração da 3ª Emissão devida até a data do efetivo pagamento e dos demais encargos devidos, observada a subordinação dos pagamentos e a ordem de alocação dos recursos previstas nas Cláusulas 3.18.2, alínea (b) acima, e tomar todas as medidas cabíveis à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas da 3ª Emissão. Nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão somente se eximirá do cumprimento das obrigações acima referidas caso assim seja deliberado pelos Debenturistas da 3ª Emissão representando 100% (cem por cento) das Debêntures da 3ª Emissão.

7.1.4. Sem prejuízo da obrigação do Agente Fiduciário da 3ª Emissão de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures da 3ª Emissão na forma da Cláusula 7.1.3 acima, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá, caso já não o tenha feito, interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento PEP e dos Rendimentos da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão, e bloquear a transferência de recursos da Conta de Excedente PPI, conforme estipulado na Cláusula 3.18.3 desta Escritura da 3ª Emissão; e convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado.

7.1.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, os titulares das Debêntures da 3ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, poderão deliberar por maioria das Debêntures da 3ª Emissão em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 3ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação: (i)

JUCESP
10 de 15

que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão reinicie os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento PEP e dos Rendimentos da Conta de Recebimento PEP para a Conta da 2ª Emissão, respectivamente, bem como o desbloqueio dos recursos da Conta de Excedente PPI e dos Rendimentos da Conta de Excedente PPI, se houver; ou (ii) que seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão, sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto no item 7.1.3 acima.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora se obriga a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão:
- i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora; (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura da 3ª Emissão e a não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Amortização Antecipada e/ou Eventos de Vencimento Antecipado; e (iii) organograma societário atualizado da Emissora;
 - ii) cópia dos boletins de subscrição das Debêntures da 3ª Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data da integralização;
 - iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos ali previstos;
 - iv) cópias dos extratos das atas de todas as assembleias gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração, que vierem a ser realizadas na vigência desta Emissão de Debêntures da 3ª Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu registro na JUCESP;
 - v) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.16.1;
 - vi) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão de Debêntures da 3ª Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão;

DUCESP
10 06 15

- vii) cópia de qualquer correspondência, notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura da 3ª Emissão e demais Documentos da Operação, observados os prazos de cura aplicáveis, que possa afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, imediatamente após o seu recebimento;
 - viii) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas da 3ª Emissão, caso solicitados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação;
 - ix) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nas Cláusulas 6.1.1, 6.2.1 e 7.1.1. acima, imediatamente após a sua ocorrência; e
 - x) na mesma data em que as informações e documentos elaborados pela Agência de Classificação de Risco sejam colocados à disposição da Emissora, inclusive atualizações e súmulas, fornecer ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão as referidas informações e documentos.
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como dar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão ou seus representantes previamente identificados acesso irrestrito:
- i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
 - ii) a toda e qualquer informação referente à Emissora e seus ativos que seja necessária ao atendimento, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de suas obrigações pactuadas nesta Escritura da 3ª Emissão e nos demais Documentos da Operação; e
 - iii) aos livros e aos demais registros contábeis e societários da Emissora, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- d) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 11.1 abaixo, caso o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não o faça;

00:55:10
10 05 15

- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, ANBIMA e CETIP com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- f) cumprir com o disposto na Instrução CVM 480, incluindo, mas não se limitando a, o artigo 48, bem como as demais normas e regulamentos aplicáveis às companhias com registro de companhia aberta, categoria B, perante a CVM;
- g) utilizar os recursos dessa Emissão exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.4 desta Escritura da 3ª Emissão;
- h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras à análise de Empresa de Auditoria Independente;
- i) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos dos normativos aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e aos titulares das Debêntures da 3ª Emissão as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- j) manter em adequado funcionamento estrutura para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures da 3ª Emissão, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- k) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura da 3ª Emissão, ou ainda substituí-los, se for o caso, incluindo o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures da 3ª Emissão no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco;
- l) contratar e manter contratada Agência de Classificação de Risco de reconhecida reputação e que emita rating em escala global;
- m) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo agente fiduciário, nos termos da regulamentação vigente;
- n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- o) tomar as medidas necessárias para:

00:00:00
10:05:15

- i) preservar todos seus direitos, concessões e licenças necessários para continuar conduzindo seus negócios, dentro do respectivo objeto social;
 - ii) manter em boas condições os bens e ativos utilizados na condução de seus negócios; e
 - iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;
- p) notificar o Agente Fiduciário da 3ª Emissão e a entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 3ª Emissão sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- q) informar imediatamente ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 3ª Emissão qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures da 3ª Emissão;
- r) informar à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 3ª Emissão o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração da 3ª Emissão e amortização;
- s) promover a atualização, no mínimo, anual da classificação de risco das Debêntures da 3ª Emissão pela Agência de Classificação de Risco;
- t) encaminhar, imediatamente, ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão e divulgar, em sua página da rede mundial de computadores e enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório emitido pela Agência de Classificação de Risco, conforme disposto na alínea “s” acima;
- u) encaminhar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, sempre que solicitado e na forma e nas datas previstas nos respectivos Documentos da Operação, as informações sobre a carteira de Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI;
- v) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM em especial, mas não se limitando a observar o inciso “VIII” do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada;
- w) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

DUCEP
10 06 15

- x) manter os documentos mencionados na alínea “v” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- y) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- z) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta;
- aa) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP;
- bb) envidar os melhores esforços necessários para ceder fiduciariamente em garantia aos Debenturistas da 3ª Emissão a parcela do fluxo financeiro correspondente aos Direitos Creditórios do PPI vincendos, após a liquidação integral das Debêntures da 1ª Emissão;
- cc) até que a cessão fiduciária em garantia do PPI mencionada na alínea acima seja formalizada, não onerar o referido fluxo financeiro a terceiros, sob pena de vencimento antecipado;
- dd) encaminhar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão todo e qualquer relatório, comunicação, aviso, intimação, notificação e/ou citação encaminhada pelo Estado e/ou por qualquer outra Pessoa à Emissora, no âmbito dos Documentos da Operação, incluindo os auditores da Emissora, bem como as notificações da Emissora ao Estado referentes a qualquer inadimplemento do Estado de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do PEP e no Contrato de Cessão do PPI, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, contado da data de seu recebimento ou envio, conforme o caso;
- ee) informar o Agente Fiduciário da 3ª Emissão sobre qualquer descumprimento pela Emissora, pelo Estado, por qualquer dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador, pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão, pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão e/ou pelos demais signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações lá assumidas, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, contado da data de seu conhecimento;
- ff) não aditar o Contrato de Cessão do PEP e/ou o Contrato de Cessão do PPI sem o consentimento dos Debenturistas da 3ª Emissão;
- gg) encaminhar os relatórios e informações enviados pelo Estado à Emissora nos termos da “Seção V – Dos relatórios e das Informações” da cláusula oitava do Contrato de Cessão do PEP e da Seção “Seção V – Dos Relatórios e das Informações” da cláusula oitava do

DUCEP
10 06 15

Contrato de Cessão do PPI, incluindo o Relatório Gerencial, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário;

hh) celebrar, nos termos do Anexo VI a esta Escritura da 3ª Emissão, e providenciar o registro do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, no registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, em até 30 (trinta) dias corridos após a quitação das Debêntures da 1ª Emissão;

ii) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 3ª Emissão, até a data da 1ª (primeira) publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão; e

jj) enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 3ª Emissão, no primeiro dia útil subsequente ao dia de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão.

CLÁUSULA NONA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da 3ª Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura da 3ª Emissão, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura da 3ª Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão.

9.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário da 3ª Emissão é realizado por instituição financeira.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedades coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão tenha atuado como agente fiduciário:

- i) 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, no volume total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data da emissão, mediante emissão de 1.200 (mil e duzentas) debêntures, com vencimento em 29 de fevereiro de 2016. As garantias reais da

00:55:10
10 06 15

referida emissão são consubstanciadas por: (i) cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PPI e cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PEP; (ii) cessão fiduciária de ativos financeiros mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento PPI, na Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão, e na Conta Banco Mandatário 1 e na Conta de Excedente PPI; e (iii) cessão fiduciária de ativos financeiros mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento PEP, inclusive seus respectivos Rendimentos;

- ii) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, no volume total de R\$5.918.620.000,00 (cinco bilhões, novecentos e dezoito milhões e seiscentos e vinte reais), na data da emissão, mediante emissão de 8.000 (oito mil) Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 17 de dezembro de 2019, e 5.118.620 (cinco milhões, cento e dezoito mil e seiscentas e vinte) Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 18 de julho de 2024. As garantias reais da referida emissão são consubstanciadas por cessão fiduciária dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados e/ou aplicações mantidas, creditados e/ou referentes à Conta da 2ª Emissão, inclusive Fundo de Amortização – 2ª Emissão, à Conta de Despesas 2 e à Conta Banco Mandatário 2 e seus respectivos Rendimentos.

9.2 Substituição

9.2.1 Nas hipóteses de impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro evento de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão para a deliberação sobre a escolha do novo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário da 3ª Emissão a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas da 3ª Emissão que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 3ª Emissão, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.

9.2.2 Caso o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, bem como nas hipóteses previstas na Cláusula 9.2.1 acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá comunicar imediatamente tal fato aos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, pedindo sua substituição.

9.2.3 Fica facultado aos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures da 3ª Emissão no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário da 3ª Emissão e a indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão convocada para este fim, na forma prevista na Instrução CVM 28.

DUCE SP
10 DE 15

9.2.4 A substituição do Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura da 3ª Emissão, que deve ser averbado no registro de comércio onde se encontrar registrada a presente Escritura da 3ª Emissão.

9.2.5 O Agente Fiduciário da 3ª Emissão entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura da 3ª Emissão ou, no caso do agente fiduciário substituto na data de celebração de aditamento à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures da 3ª Emissão, o que ocorrer primeiro.

9.2.6 O Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se substituído nos termos deste item, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas da 3ª Emissão, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a 3ª Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que tais documentos e informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário da 3ª Emissão substituído, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão.

9.2.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário da 3ª Emissão as normas e preceitos da CVM.

9.3 Deveres

9.3.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura da 3ª Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário da 3ª Emissão:

- a. proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão, que lhe impeça o exercício de suas funções;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

DUCESP
10 06 15

n. elaborar relatório preparado nos termos da alínea “b” do § 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, a ser colocado à disposição dos Debenturistas da 3ª Emissão dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e sua estrutura de capital;
- iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures da 3ª Emissão no mercado;
- v) resgate, amortização e pagamento de Remuneração da 3ª Emissão, observado o disposto nesta Escritura da 3ª Emissão realizados no período;
- vi) constituição e aplicações do Fundo de Amortização – 3ª Emissão;
- vii) constituição e aplicação da Conta de Despesas 3;
- viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 3ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- x) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura da 3ª Emissão, no Contrato de Cessão do PEP, no Contrato de Cessão do PPI, no Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, após a sua celebração, e no Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão;
- xi) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures da 3ª Emissão;
- xii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da 3ª Emissão; e

DUCESP
10 06 15

- xiii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, para sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.
- o. colocar o relatório de que trata a alínea “p” acima à disposição dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, ao menos nos seguintes locais:
- i) na sede da Emissora;
 - ii) no escritório do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
 - iii) na CVM;
 - iv) na CETIP; e
 - v) na sede do Coordenador Líder.
- p. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas da 3ª Emissão que o relatório encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;
- q. manter atualizada a relação dos Debenturistas da 3ª Emissão e seus endereços;
- r. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura da 3ª Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e no Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- s. observar o disposto nesta Escritura da 3ª Emissão quando da movimentação dos recursos depositados na Conta de Recebimento PEP, no Fundo de Amortização – 3ª Emissão, na Conta de Despesas 3, na Conta Banco Mandatário 3 e na Conta Excedente PPI;
- t. notificar os Debenturistas da 3ª Emissão, se possível individualmente, do descumprimento pela Emissora, pelo Estado, por qualquer dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador e/ou pelos demais signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações lá assumidas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado do término do prazo estabelecido no competente Documento da Operação para que seja sanado o respectivo inadimplemento, ou da data em que tiver tomado conhecimento, caso não haja prazo de cura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;

DUCEP
10 06 15

- u. exigir dos signatários dos Documentos da Operação os dados, as informações e os relatórios por estes devidos ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na periodicidade definida em cada instrumento jurídico, bem como o cumprimento tempestivo de suas demais obrigações em face do Agente Fiduciário da 3ª Emissão; e
- v. Cumprir notificações do Agente Fiduciário da 1ª Emissão com relação à transferência ou bloqueio de recursos da Conta de Recebimento PEP e do Agente Fiduciário da 2ª Emissão com relação à transferência ou bloqueio de recursos da Conta de Excedente PPI.

9.4 Atribuições Específicas

9.4.1. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos direitos, interesses e prerrogativas da comunhão dos Debenturistas da 3ª Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura da 3ª Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures da 3ª Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso e nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas da 3ª Emissão;
- d) ser diligente caso atue em outras emissões da Emissora, não prejudicando os Debenturistas da 3ª Emissão;
- e) representar os titulares das Debêntures da 3ª Emissão na hipótese de falência, recuperação judicial/extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial ou evento semelhante da Emissora; e
- f) notificar o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, Evento de Amortização Antecipada e/ou Evento de Vencimento Antecipado, bem como da ocorrência de determinação de amortização antecipada e/ou declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão.

DUCESP
10 06 15

9.4.2. Nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” da Cláusula 9.4.1 se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, esta assim o autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures da 3ª Emissão, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da Cláusula 9.4.1 acima.

9.4.3. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura da 3ª Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

9.4.4. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias, em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento e/ou relatório ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, para a verificação das obrigações definidas nos Documentos da Operação, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5 Remuneração do Agente Fiduciário da 3ª Emissão

9.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da lei e desta Escritura da 3ª Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) parcelas mensais de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) para as Debêntures da 3ª Emissão, sendo devida a 1ª (primeira) parcela mensal em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura desta Escritura da 3ª Emissão e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes, até o vencimento final da 3ª Emissão; e

b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures da 3ª Emissão, caso o Agente Fiduciário da 3ª Emissão ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.1.1. Os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) serão de responsabilidade do Agente Fiduciário da 3ª Emissão pelas alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

DUCEP
10 06 15

9.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures da 3ª Emissão ou de “reestruturação das condições” das Debêntures da 3ª Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, em adição à remuneração e demais valores devidos nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por homem-hora de trabalho dedicado (i) à execução das garantias, (ii) comparecimento a reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas da 3ª Emissão, e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos. Os valores acima deverão ser pagos ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de relatório pormenorizado contendo descrição e tempo despendido pelos representantes do Agente Fiduciário da 3ª Emissão com cada tarefa. Entende-se por “reestruturação das condições” das Debêntures da 3ª Emissão eventos relacionados à alteração ou modificação (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições vinculadas ao vencimento antecipado dos títulos.

9.5.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão fará jus somente à remuneração a este devida, calculada pro rata temporis pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que efetivamente este faz jus, atualizada com base na variação percentual acumulada do IPC-FIPE, desde o pagamento antecipado até a data da efetiva devolução dos valores.

9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão nos termos do item 9.5.1 será atualizada anualmente, a partir da Data de Emissão, com base na variação percentual acumulada do IPC-FIPE, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

9.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações da Emissora nesta Escritura da 3ª Emissão e no Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, realizado de acordo com Pregão Eletrônico Processo CPSEC nº 04/2014.

9.6 Despesas

9.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário da 3ª Emissão de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão ou para realizar seus créditos.

9.6.2 O ressarcimento que se refere a Cláusula 9.6.1 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures da

DUCEAP
10 de 15

3ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a, notas fiscais, faturas e/ou outros documentos comprobatórios satisfatórios à Emissora a seu exclusivo critério.

9.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão deverão ser por estes previamente aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão e adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão incluem, também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas processuais e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, desde que devidamente comprovadas, razoáveis e em conformidade com as melhores práticas de mercado e nos limites necessários para a preservação dos direitos dos Debenturistas da 3ª Emissão, observados os limites constantes nos itens 9.6.5 e 9.6.6 (“Despesas”). Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário da 3ª Emissão solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4 As Despesas referidas na Cláusula 9.6.3 acima compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura da 3ª Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) emissão de certidões;
- c) custos incorridos no transporte de representantes do Agente Fiduciário da 3ª Emissão entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite definido com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures da 3ª Emissão;
- d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, desde que necessários à defesa dos interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão.

9.6.5 O ressarcimento pela Emissora na forma da lei, das despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão em relação ao pagamento de honorários advocatícios de terceiros de que trata a Cláusula 9.6.3, estarão limitadas ao valor de

DUCEP
10 de 15

3ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a, notas fiscais, faturas e/ou outros documentos comprobatórios satisfatórios à Emissora a seu exclusivo critério.

9.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão deverão ser por estes previamente aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão e adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão incluem, também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas processuais e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, desde que devidamente comprovadas, razoáveis e em conformidade com as melhores práticas de mercado e nos limites necessários para a preservação dos direitos dos Debenturistas da 3ª Emissão, observados os limites constantes nos itens 9.6.5 e 9.6.6 ("Despesas"). Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário da 3ª Emissão solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4 As Despesas referidas na Cláusula 9.6.3 acima compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura da 3ª Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) emissão de certidões;
- c) custos incorridos no transporte de representantes do Agente Fiduciário da 3ª Emissão entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite definido com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures da 3ª Emissão;
- d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, desde que necessários à defesa dos interesses dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão.

9.6.5 O ressarcimento pela Emissora na forma da lei, das despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão em relação ao pagamento de honorários advocatícios de terceiros de que trata a Cláusula 9.6.3, estarão limitadas ao valor de

000 ESP
10 05 15

R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), exceto na condição de aprovação pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão com a anuência da Emissora, de contratação por meio de processo de escolha de proposta de menor valor dentre no mínimo 3 (três) propostas de escritórios com notória especialização para prestação dos serviços citados, em conformidade com as melhores práticas de mercado, em preços razoáveis a critério dos Debenturistas da 3ª Emissão, e nos limites necessários à preservação dos direitos dos Debenturistas da 3ª Emissão.

9.6.6 As despesas com depósitos judiciais, custas processuais, taxas judiciárias e emolumentos em geral de que trata a Cláusula 9.6.3 e as despesas de que trata a Cláusula 9.6.4 estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para realização de despesas com valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), inclusive das despesas de que trata a Cláusula 9.6.5 acima, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá solicitar autorização prévia à Emissora, justificando sua necessidade e razoabilidade, a qual não poderá negá-la sem motivo justificado. No caso de a negativa da Emissora ser considerada injustificada, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá ainda realizar a despesa com recursos disponíveis na Conta de Recebimento PEP ou ainda recursos recolhidos dos Debenturistas da 3ª Emissão e cobrar judicialmente da Emissora o respectivo reembolso.

9.6.7 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário da 3ª Emissão em razão de ações realizadas no exercício de suas atribuições, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da 3ª Emissão. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário da 3ª Emissão e deverão ser igualmente adiantados pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão.

9.6.8 O crédito do Agente Fiduciário da 3ª Emissão por despesas incorridas para proteger os direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures da 3ª Emissão, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

9.7 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.7.1 O Agente Fiduciário da 3ª Emissão declara e garante à Emissora que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas de lei, conforme estabelecido no § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e nas demais normas aplicáveis para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e as atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura da 3ª Emissão;

JUCESP
10 05 15

- c) aceita integralmente a presente Escritura da 3ª Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) está ciente da regulamentação aplicável, emanada do BACEN e pela CVM;
- f) não se encontra em nenhuma situação de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- h) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura da 3ª Emissão, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- i) na data de assinatura desta Escritura da 3ª Emissão, verificou que as Garantias Reais, as quais (exceto com relação à garantia constituída sobre a Conta de Recebimento PPI, sobre a Conta de Despesas 3 e sobre a Conta Banco Mandatário 3) são compartilhadas com os Debenturistas da 1ª Emissão, são suficientes, porém somente estarão constituídas após os devidos registros previstos na Cláusula 2.6.1, observado ainda que o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI somente será celebrado e registrado após aquitação as Debêntures da 1ª Emissão, sendo certo que a execução das Garantias Reais sujeita-se aos riscos indicados nos Prospectos;
- j) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura da 3ª Emissão e os demais Documentos da 3ª Operação, em que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão comparece como parte ou interveniente, e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- k) a celebração desta Escritura da 3ª Emissão e dos demais Documentos da 3ª Operação, em que comparece como parte ou interveniente, e o cumprimento de suas obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- l) esta Escritura da 3ª Emissão e os demais Documentos da 3ª Operação, em que comparece como parte ou interveniente, constituem uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, exequível de acordo com os seus termos e condições;

DUCEP
10 06 15

- m) que o representante legal que assina esta Escritura da 3ª Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- n) cumpre, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos seus negócios; e
- o) poderá participar de outras emissões da Emissora na qualidade de agente fiduciário ou de outro prestador de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTA DE DESPESAS 3

10.1. Em até 120 (cento e vinte) dias da data da integralização das Debêntures da 3ª Emissão, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a Emissora deverá manter na conta corrente de movimentação restrita de nº 18.251-6, agência nº 1897-X, de sua titularidade, junto ao Banco do Brasil S.A. ("Conta de Despesas 3"), o montante inicial de R\$479.860,00 (quatrocentos e setenta e nove mil oitocentos e sessenta reais) equivalente ao valor previsto para o pagamento das despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 3ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, a custos e despesas tais como com o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, a Agência de Classificação de Risco, o Escriturador Mandatário, a CETIP, banco depositário das Contas Vinculadas, referente aos 24 (vinte e quatro meses) subsequentes, em moeda corrente nacional e/ou aplicações financeiras, para pagamento de tais despesas e custos para o pagamento das despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 3ª Emissão, devendo o valor acima ser informado anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão. A Conta de Despesas 3 será movimentada exclusivamente pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por conta e ordem da Emissora, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão.

10.2. Observado o disposto na Cláusula 3.18.3 acima, os recursos da Conta de Recebimento PEP deverão ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão para a Conta de Despesas 3, até que os recursos, em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Despesas 3, atinjam o valor mínimo estabelecido na Cláusula Décima acima.

10.3. Nos termos da Cláusula Décima acima, a Emissora deverá realizar uma apuração anual acerca do valor para o pagamento das despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 3ª Emissão referente aos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes e encaminhar o valor assim apurado ao Agente Fiduciário 3ª Emissão no prazo de 90 (noventa) dia do fim do exercício social da Emissora. Caso os recursos depositados na Conta de Despesas 3 sejam maiores do que as estimativas destas despesas referente aos 24

DUCESP
10 05 15

(vinte e quatro meses) subsequentes, poderá a Emissora solicitar a liberação de tais valores a maior para a Conta de Livre Movimentação CPSEC, independentemente de aprovação prévia dos Debenturistas da 3ª Emissão. Caso a apuração aponte valores insuficientes, os recursos da Conta de Recebimento PEP e/ou da Conta de Excedente PPI, bem como seus respectivos Rendimentos, observado o disposto na Cláusula 3.18.3 acima, deverão ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão para a Conta de Despesas 3, até que os recursos, em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Despesas 3, atinjam o novo valor mínimo assim apurado.

10.4. Fica o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, neste ato, autorizado a debitar da Conta de Despesas 3, valores equivalentes a despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 3ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, à remuneração em atraso dos prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura da 3ª Emissão, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o sistema de negociação das Debêntures da 3ª Emissão no mercado secundário, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, e a Agência de Classificação de Risco. Na hipótese de utilização dos recursos das Contas de Despesas 3, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, agindo por conta e ordem da Emissora, deverá, imediatamente, transferir recursos da Conta de Recebimento PEP para a Conta de Despesas 3, em montante suficiente para efetuar o seu reenquadramento.

10.5. Caso os recursos da Conta de Recebimento PEP não sejam suficientes para o reenquadramento da Conta de Despesas 3, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá transferir mensalmente os recursos da Conta de Excedente PPI para a Conta de Recebimento PEP e da Conta de Recebimento PEP para a Conta de Despesas 3, até que seja estabelecido o montante suficiente para efetuar o seu reenquadramento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª EMISSÃO

Às Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1. Os Debenturistas da 3ª Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão ("Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão"), nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da 3ª Emissão, observado o disposto na Cláusula 8.1 (e) acima.

11.1.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, pela Emissora, por titulares das Debêntures da 3ª Emissão

DUCE SP
10 06 15

que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 3ª Emissão em circulação, ou pela CVM.

11.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão deverá ser realizada no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão e, segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão em primeira convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da 3ª Emissão no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura da 3ª Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da 3ª Emissão em circulação independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão, desde que não conflitante com cláusulas da Escritura da 1ª Emissão.

11.1.5. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da 3ª Emissão em circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.2. *Quorum* de Instalação

11.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas da 3ª Emissão se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da 3ª Emissão que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures da 3ª Emissão em circulação, e em segunda convocação com qualquer número de Debenturistas da 3ª Emissão.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão previstos nesta Escritura da 3ª Emissão, consideram-se em circulação todas as Debêntures da 3ª Emissão subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures da 3ª Emissão: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) controladoras (ou grupo de controle da Emissora); e (b) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, Pessoas direta ou indiretamente relacionadas a tais administradores.

11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão caberá ao Debenturista da 3ª Emissão eleito pelos titulares das Debêntures da 3ª Emissão ou àquele que for designado pela CVM.

DUCESP
10 06 15

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Debenturistas da 3ª Emissão. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão, a cada Debênture da 3ª Emissão em circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista da 3ª Emissão ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 11.4.2 abaixo, toda matéria objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão deverá ser aprovada por Debenturistas da 3ª Emissão representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 3ª Emissão em circulação.

11.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados na Cláusula 11.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outros itens desta Escritura da 3ª Emissão;
- (ii) qualquer alteração às condições das Debêntures da 3ª Emissão, a qual deverá ser aprovada por Debenturistas da 3ª Emissão titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da 3ª Emissão em circulação; e
- (iii) alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura da 3ª Emissão, das disposições previstas na Cláusula 11.4.1 acima e/ou relacionadas à resilição ou aditamento do Contrato de Cessão do PEP, deverão ser aprovadas, em qualquer convocação, por Debenturistas da 3ª Emissão que representem 100% (cem por cento) das Debêntures da 3ª Emissão em circulação.

11.5. Outras Disposições à Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão

11.5.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão.

11.5.2. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão e prestar aos Debenturistas da 3ª Emissão as informações que lhe forem solicitadas.

11.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Emissão no que couber o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1. A Emissora declara e garante que:

- a) é uma sociedade por ações de capital aberto, devidamente constituída sob a forma de companhia aberta, categoria B, nos termos da Instrução CVM 480, com existência válida

JUCESP
10 06 15

e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura da 3ª Emissão e os demais Documentos da 3ª Operação e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura da 3ª Emissão e os demais Documentos da 3ª Operação têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- d) a celebração desta Escritura da 3ª Emissão e dos demais Documentos da 3ª Operação e o cumprimento das obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelo Estado;
- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação ou licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já conhecidos, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura da 3ª Emissão e dos demais Documentos da 3ª Operação, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o arquivamento desta Escritura da 3ª Emissão na JUCESP; (ii) o registro dos instrumentos que de constituição das Garantias Reais nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; (iii) obtenção do registro da Oferta perante a CVM; (iv) registro das Debêntures da 3ª Emissão junto ao MDA e ao CETIP21.
- f) esta Escritura da 3ª Emissão, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, bem como as obrigações assumidas nos demais Documentos da 3ª Operação, constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- g) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de colocação, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que venham a integrar os Prospectos, são verdadeiras, consistentes de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- h) a celebração da Escritura da 3ª Emissão e dos demais Documentos da 3ª Operação e a colocação das Debêntures da 3ª Emissão não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelo Estado, nem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou o Estado sejam parte, e não irá resultar em:

DUCESP
10 06 15

- i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles existentes na presente data ou relativos ou previstos nos Documentos da 3ª Operação; e
 - iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.
- i) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, bem como ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2015, representam corretamente a posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos. Desde 31 de março de 2015 não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora, com exceção da emissão de Debêntures da 2ª Emissão;
- j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, com exceção do Processo nº 024883/026/13 existente perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- l) tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, se houver) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para as suas atividades e situação financeira;
- m) a Emissora desconhece a existência de pendências judiciais, administrativas ou arbitrais de qualquer natureza que possam afetar negativamente e de forma relevante o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e, no seu melhor conhecimento, pelo Estado nos Documentos da Operação, com exceção do Processo nº 024883/026/13 existente perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

DUCESP
10 06 15

- n) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário da 3ª Emissão que o impeça de exercer plenamente suas funções com relação à 3ª Emissão;
- o) não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário da 3ª Emissão de exercer, plenamente, suas funções, nos termos do § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- p) o Formulário de Referência da Emissora, os Prospectos e o Formulário Cadastral da Emissora, conforme o caso, contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações materialmente relevantes, bem como foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, sendo que a Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de tais informações;
- q) as opiniões e análises expressas pela Emissora no seu Formulário de Referência e nos Prospectos em relação à Emissora são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes no contexto da Oferta e são feitas com base em suposições razoáveis;
- r) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes sobre a Emissora para a tomada de decisão de investimento;
- s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração da 3ª Emissão, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa SELIC.

12.2. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira. As declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura da 3ª Emissão subsistirão até o pagamento integral das Debêntures da 3ª Emissão. Fica a Emissora responsável por eventuais prejuízos que decorram diretamente da falsidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo de configurar a ocorrência de um vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão, observado os prazos para purgação da mora previstos nesta Escritura da 3ª Emissão, e, consequentemente, ensejar, de pleno direito, a execução das garantias constituídas por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão.

JUCESP
10 06 15

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NOTIFICAÇÕES

13.1. Notificações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura da 3ª Emissão deverão ser encaminhadas igualmente para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

At.: Diretor Presidente

Avenida Rangel Pestana, 300 – 3º andar

São Paulo – SP

CEP: 01017-911

Telefone: (+55 11) 3243-2819

Fac-símile: (+55 11) 3243-2830

E-mail: cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br

para o Agente Fiduciário da 3ª Emissão:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At: Antonio Amaro ou Monique Garcia ou Marcelo Andrade

Avenida das Américas, nº500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-100

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: gerl.agente@oliveiratrust.com.br; antonio.amaro@oliveiratrust.com.br e scc@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

At.: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Rua Ururai, 111 - Prédio B – Térreo

CEP: 03084-010– São Paulo – SP

Telefone: (+55 11) 2797-4207

Fac-símile: (+55 11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

13.1.2. Observado o quanto disposto na Cláusula 13.1.3 abaixo, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via *e-mail* ou por outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a

300 ESP
10 06 15

confirmação do recebimento via fac-símile, *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica, ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os originais dos documentos enviados por meio de fac-símile ou *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.1.3. Todas as comunicações dirigidas à Emissora serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo.

13.1.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por cada Parte às demais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Renúncia

14.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura da 3ª Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures da 3ª Emissão em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso. A nulidade ou invalidade de qualquer das Cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais Cláusulas e disposições aplicáveis.

14.2. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

14.2.1. Esta Escritura da 3ª Emissão e as Debêntures da 3ª Emissão constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura da 3ª Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão nos termos da Cláusula 7 desta Escritura da 3ª Emissão.

JUCESP
10 06 15

14.3. Independência das disposições da Escritura da 3ª Emissão

14.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura da 3ª Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.4. Prazos

14.4.1. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura da 3ª Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura da 3ª Emissão serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento. Observado que para o cálculo dos juros será considerado o dia inicial e excluído o dia do vencimento.

14.5. Irrevogabilidade e Sucessores

14.5.1. A presente Escritura da 3ª Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

14.6. Lei Aplicável

14.6.1. Esta Escritura da 3ª Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.7. Solução de Disputas

14.7.1. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes nos Documentos da Operação, cada uma das Partes reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Escritura da 3ª Emissão, assim como a caracterização do dano iminente para os Debenturistas da 3ª Emissão, na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura da 3ª Emissão.

14.8. Foro

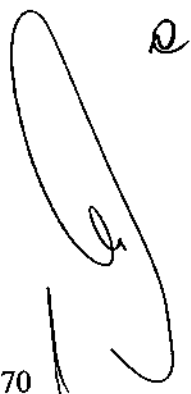
14.8.1. Fica eleito o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura da 3ª Emissão.

JUCESP
10 05 15

E por estarem justas e acordadas, assinam as Partes a presente Escritura da 3ª Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 14 de maio de 2015.

[REstante desta página intencionalmente deixado em branco]



JUCESP
10 06 15

Página de assinaturas 01 de 02 da Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização celebrada em 14 de maio de 2015

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO



Nome: **JORGE LUIZ AVILA DA SILVA**
Cargo: **Companhia Paulista de Securitização**
Diretor Presidente




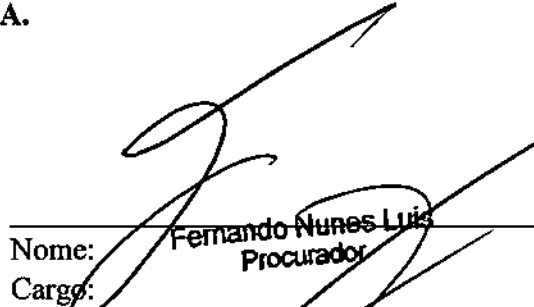
Nome:
Cargo: **MAX FREDDY FRAUENDORF**
Companhia Paulista de Securitização
Diretor Administrativo Financeiro e de R.L.

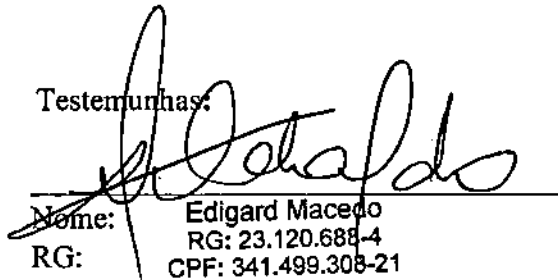
JUCESP
10 06 15

Página de assinaturas 02 de 02 da Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização celebrada em 14 de maio de 2015

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

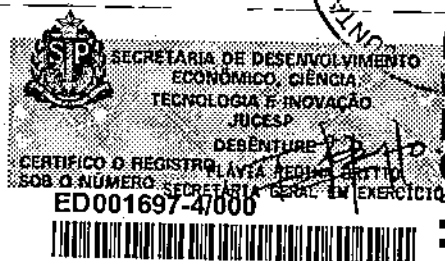

Nome: _____
Cargo: **Sonia Regina Menezes**
Procuradora


Nome: **Fernando Nunes Luis**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:

Nome: **Edigard Macedo**
RG: 23.120.688-4
CPF: 341.499.308-21


Nome: **Ricardo Ferreira**
RG: 45.463.768-8
CPF: 345.272.418-26

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



JUCESP

DUCESP
10 DE 15

- 11) “Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 11.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 12) “Aviso aos Debenturistas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.16.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 13) “BACEN”: significa o Banco Central do Brasil;
- 14) “Bancos Arrecadadores”: significa, isoladamente ou em conjunto, (i) cada uma das instituições financeiras perfiladas no “Anexo IV”; e (ii) outras instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores de recursos do Estado nos termos da Resolução;
- 15) “Banco Centralizador”: significa o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco C, Edifício Sede III, 24º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor na qualidade de agente financeiro do Tesouro do Estado de São Paulo;
- 16) “Banco Liquidante”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.7.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 17) “Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão”: significa o documento datado de 30 de dezembro de 2014 pelo qual o Estado subscreveu as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e integralizou mediante a cessão, de determinados Direitos Creditórios do PEP conforme indicado no referido instrumento;
- 18) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 19) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 20) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;

DUCESP
10 06 15

- 21) “Carta de Ciência”: significa a comunicação aos Bancos Arrecadadores sobre a cessão dos Direitos Creditórios do PPI e dos direitos Creditórios do PEP, contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros, preparada substancialmente na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PPI e na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PEP, conforme aplicável;
- 22) “Carta de Ciência de Cessão Fiduciária do PEP”: significa a comunicação aos Bancos Arrecadadores sobre a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PEP, contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros, preparada substancialmente na forma do “Anexo IV” do Contrato de Cessão do PEP;
- 23) “CETIP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.5.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 24) “CETIP21”: Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários;
- 25) “CF”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- 26) “Cláusula”: significa qualquer cláusula desta Escritura da 3ª Emissão;
- 27) “CNPJ/MF”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- 28) “Código Criptografado”: significa o código fornecido pelo Estado para identificação e individualização de cada Parcelamento do PEP e de cada Parcelamento do PPI de modo a manter o sigilo fiscal de cada Contribuinte;
- 29) “Comunicação de Dação em Pagamento do PPI”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.17.14 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 30) “Comunicação de Dação em Pagamento do PEP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.17.16 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 31) “Conta Banco Mandatário 1”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 02045-5, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 32) “Conta Banco Mandatário 2”: significa a conta corrente de movimentação restrita no 14.270-5, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da

DUESP
10 06 15

Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;

- 33) “Conta Banco Mandatário 3”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 14.271-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 34) “Conta da 2ª Emissão”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 18.154-4, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- 35) “Conta de Despesas 2”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 18.155-2, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- 36) “Conta de Despesas 3”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Décima desta Escritura da 3ª Emissão, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 37) “Conta de Excedente PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 116.250-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 38) “Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 118.250-1 da agência nº 1897-X, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Centralizador, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 39) “Conta de Livre Movimentação CPSEC”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 7888-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;

DIUCESP
10 06 15

- 40) “Conta de Livre Movimentação PEP”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 18.156-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 41) “Conta de Livre Movimentação PPI”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 18.153-6, mantida pela Emissora na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A., ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 42) “Conta de Recebimento PEP”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 9.835-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 43) “Conta de Recebimento PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 44) “Contas Vinculadas”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “b” da Cláusula 4.15.1;
- 45) “Contrato de Arrecadação”: significa cada um dos instrumentos jurídicos celebrados com cada um dos Bancos Arrecadores, nos termos da Resolução, conforme aditado;
- 46) “Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”: significa o “*Contrato de Centralização e Repasse de Recursos*”, celebrado em 16 de abril de 2012, conforme aditado em 29 de dezembro de 2014, entre o Estado e o Banco Centralizador, com anuência e interveniência da Emissora, do Agente Fiduciário da 1ª Emissão o qual deverá ser aditado para inclusão do Agente Fiduciário da 3ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão;
- 47) “Contrato de Cessão do PEP”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios do Programa Especial de Parcelamento – PEP e Outras Avenças*”, celebrado pela Emissora e pelo Estado em 18 de dezembro de 2014 e o Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios PEP celebrados em

DUCESP
10 de 15

30 de dezembro de 2014, pelos quais os Direitos Creditórios do PEP foram cedidos pelo Estado à Emissora;

- 48) “Contrato de Cessão do PPI”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” celebrado pela Emissora e pelo Estado em 01 de março de 2012, e o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3 e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, celebrados em 20 de abril de 2012;
- 49) “Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 2ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- 50) “Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 3ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão em 14 de maio de 2015;
- 51) “Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros”: significa o “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Bens e Ativos Financeiros em Garantia*”, celebrado em 01 de março de 2012 e seus respectivos anexos;
- 52) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, com a interveniência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em 19 de dezembro de 2014;
- 53) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e Outras Avenças*” que será celebrado após a quitação das Debêntures da 1ª Emissão entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 54) “Contrato de Cessão Fiduciária do PEP”: significa o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP conforme aditado em 14 de maio de 2015, cujas partes, após o aditamento, são a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão com a interveniência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Estado;
- 55) “Contrato de Cessão Fiduciária do PPI”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e

DUCESP
10 06 15

o Estado, em 01 de março de 2012, e o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 1*”, o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 2*”, o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 3*” e o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 4*”, celebrados em 23 de abril de 2012;

- 56) “Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R”: significa o “*Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob forma de CD-R*”, celebrado entre o Estado e o Banco do Brasil S.A. com anuência e interveniência da Emissora e do Agente Fiduciário da 1ª Emissão em 30 de dezembro de 2014, o qual deverá ser aditado para inclusão do Agente Fiduciário da 3ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão;
- 57) “Contrato de Distribuição da 1ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação*”, celebrado entre a Emissora e o Banco Fator S.A., em 01 de março de 2012;
- 58) “Contrato de Distribuição da 2ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação*” celebrado entre a Emissora e os Coordenadores em 30 de dezembro de 2014;
- 59) “Contrato de Distribuição da 3ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores;
- 60) “Contribuinte”: significa cada Pessoa específica responsável pelo pagamento dos créditos tributários, nos termos da legislação aplicável, cujos Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP foram cedidos à Emissora ao amparo Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, conforme aplicável ;
- 61) “Coordenador Líder”: significa o Banco Fator S.A.;
- 62) “Coordenadores”: significa (i) o Banco Fator S.A., instituição financeira com sede na Rua Renato Paes de Barros 1017, 11º e 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.644.196/0001-06, (ii) o

DUCESP
10 06 15

Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01453-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06, (iii) o Banco Caixa Geral – Brasil S.A., instituição financeira com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.466.988/0001-38, e (iv) o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235 - Bloco A, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42;

- 63) “CVM”: significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- 64) “Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 65) “Data da Incorporação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 66) “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 67) “Data de Vencimento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.7.1 desta Escritura;
- 68) “Data de Verificação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.15.1.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 69) “Debêntures Adicionais”: tem o significado que lhes é atribuído no item 4.3.3 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 70) “Debêntures da 1ª Emissão”: significa as debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora, emitidas nos termos da Escritura da 1ª Emissão;
- 71) “Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”: significa as debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em 2 (duas) séries da Emissora, emitidas nos termos da Escritura da 2ª Emissão;
- 72) “Debêntures da 2ª Emissão”: significa, em conjunto, as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão;


DUCESP
10 de 15

- 73) “Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão”: significa as debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em (duas) séries da Emissora, emitidas nos termos da Escritura da 2ª Emissão;
- 74) “Debêntures da 3ª Emissão”: significa as debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora, emitidas nos termos desta Escritura da 3ª Emissão;
- 75) “Debêntures do Lote Suplementar”: tem o significado que lhes é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 76) “Debêntures Subordinadas”: significa as debêntures subordinadas de emissão privada da Emissora, emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 77) “Debenturistas da 1ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 1ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 1ª Emissão;
- 78) “Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão;
- 79) “Debenturistas da 2ª Emissão”: significa, em conjunto, os Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão e os Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 2ª Emissão;
- 80) “Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 2ª Emissão;
- 81) “Debenturistas da 3ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura da 3ª Emissão;
- 82) “Decreto Estadual nº 51.960”: significa o Decreto Estadual nº 51.960, de 4 de julho de 2007, conforme alterado;
- 83) “Decreto Estadual nº 58.811”: significa o Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, conforme alterado;
- 84) “Decreto Estadual nº 60.444”: significa o Decreto Estadual nº 60.444, de 13 de maio de 2014, conforme alterado;
- 85) “Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444”: significa, em conjunto, o Decreto Estadual nº 58.811 e o Decreto Estadual nº 60.444;

SECRETARIA
DE ECONOMIA

- 86) “Despesas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.6.3 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 87) “Dia Útil”: significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
- 88) “Direitos Creditórios do PEP”: significa a parcela do fluxo financeiro correspondente a 71% (setenta e um por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em anexos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP para efetivação da cessão objeto do Contrato de Cessão do PEP, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PEP;
- 89) “Direitos Creditórios do PPI”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, a parcela do fluxo financeiro correspondente a 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente de cada Parcelamento do PPI, conforme relacionados em anexos específicos: (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PPI;
- 90) “Direitos Creditórios Excluídos do PEP”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, (a) a parcela do fluxo financeiro correspondente a 29% (vinte e nove por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, que compreende a Verba Honorária, a Quota Parte dos Municípios e eventual montante relativo ao Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP pertencente ao Estado que não tenha sido objeto da cessão efetivada nos termos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP; e (b) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos do PEP Rompidos do respectivo Parcelamento do PEP;
- 91) “Direitos Creditórios Excluídos do PPI”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, (A) a parcela correspondente a 26% (vinte e seis por cento) do somatório do fluxo financeiro correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente de cada Parcelamento do PPI, cedidos pelo Estado à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PPI, que compreende a Verba Honorária e a Quota Parte dos Municípios; e (B) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos do PPI Rompidos do respectivo Parcelamento do PPI;

DUCESP
10 06 15

- 92) “Documentos da Distribuição da 1ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
- 93) “Documentos da Distribuição da 2ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 2ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
- 94) “Documentos da Distribuição da 3ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, que serão utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400/03;
- 95) “Documentos da Operação”: significa, em conjunto, os Documentos da 1ª Operação, os Documentos da 2ª Operação e os Documentos da 3ª Operação.
- 96) “Documentos da 1ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) o Contrato de Cessão do PPI; (ii) a Escritura da 1ª Emissão; (iii) a Escritura de Debêntures Subordinadas; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária do PPI; (v) o Contrato de Centralização e Repasse; (vi) cada Contrato de Arrecadação; (vii) o Contrato de Distribuição da 1ª Emissão; (viii) os Documentos da Distribuição da 1ª Emissão; (ix) cada Carta de Ciência preparada substancialmente na forma do “Anexo III” do Contrato de Cessão do PPI contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros; e (xi) o “*Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A. para prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-R*”, celebrado em 20 de abril de 2012;
- 97) “Documentos da 2ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) o Contrato de Cessão do PEP; (ii) aditamento ao Contrato de Centralização e Repasse; (iii) o Contrato de Distribuição da 2ª Emissão; (iv) os Documentos da Distribuição da 2ª Emissão; (v) cada Carta de Ciência preparada substancialmente na forma do “Anexo III” do Contrato de Cessão do PEP contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores; (vi) a Escritura da 2ª Emissão; (vii) o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP; (viii) o Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão; (ix) o “*3º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014; (x) o “*2º (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014; e (xi) o Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R;
- 

DUCEP
10 06 15

- 98) “Documentos da 3ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) esta Escritura da 3ª Emissão; (ii) o Contrato de Distribuição da 3ª Emissão; (iii) os Documentos da Distribuição da 3ª Emissão; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão; (vi) o “2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”; (vii) as Cartas de Ciência de Cessão Fiduciária do PEP; e (viii) o “1º Aditamento ao Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas, sob a forma de CD-R”;
- 99) “Emissora”: significa a Companhia Paulista de Securitização, conforme qualificada no preâmbulo desta Escritura da 3ª Emissão;
- 100) “Empresa de Auditoria Independente”: significa qualquer empresa de auditoria registrada na CVM, sendo certo que, no caso de qualquer empresa deixar de ter registro na CVM de auditor independente, será considerada automaticamente impedida de atuar como uma Empresa de Auditoria Independente para fins desta Escritura da 3ª Emissão;
- 101) “Escritura da 1ª Emissão”: significa a “*Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*” celebrada em 01 de março de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, conforme aditada;
- 102) “Escritura da 2ª Emissão”: significa a “*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão em 19 de dezembro de 2014;
- 103) “Escritura da 3ª Emissão”: significa a presente “*Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização*”;
- 104) “Escritura de Debêntures Subordinadas”: significa o “*Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização*” celebrado em 01 de dezembro de 2010 pela Emissora, conforme aditada;

- 105) “Escriturador Mandatário”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.7.1 desta Escritura de 3ª Emissão;
- 106) “Estado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 107) “Eventos de Amortização Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 108) “Eventos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 109) “Eventos de Indenização do PEP”: significam os seguintes eventos nos quais o Estado obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos Creditórios do PEP: (i) extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PEP em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento entre o Estado e o Contribuinte; (ii) ausência da incidência de acréscimos financeiros devidos à Emissora nos termos do Contrato de Cessão do PEP, nas parcelas vencidas dos Parcelamentos do PEP e dos Parcelamentos do PEP Rompidos, conforme sejam identificados pela Emissora no relatório mensal enviado pelo Estado à Emissora nos termos da cláusula 8.15 do Contrato de Cessão do PEP; (iii) eventual diferença do valor dos Direitos Creditórios do PEP entre o fechamento do dia 28 de novembro de 2014 e a data da efetivação da cessão dos Direitos Creditórios do PEP que não sejam recebidos pela Emissora; (iv) não transferência de Direitos Creditórios do PEP à Emissora, quando de seu pagamento, em razão da necessidade de adequação dos sistemas pelo Banco Centralizador, conforme o disposto na Resolução SF/97, de 18 de dezembro de 2014; (v) em decorrência da responsabilidade imputada ao Estado pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro; ou (vi) concessão de Anistia e/ou Remissão, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PEP ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PEP;
- 110) “Eventos de Indenização do PPI”: significam os seguintes eventos nos quais o Estado obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos Creditórios do PPI: (a) extinção total ou parcial do Direito Creditório do PPI em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento; (b) em decorrência da responsabilidade imputada ao cedente pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro; ou (c) concessão de Anistia e/ou Remissão, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI;

DUCESP
10 06 15

- 111) “Eventos de Vencimento Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 112) “Formulário de Referência”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.7 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 113) “Fundo de Amortização – 2ª Emissão”: significa os recursos e as aplicações financeiras realizadas com recursos da Conta da 2ª Emissão em montante mínimo definido na Cláusula 4.9.1 da Escritura da 2ª Emissão;
- 114) “Fundo de Amortização – 3ª Emissão”: significa os recursos e as aplicações financeiras vinculadas à Conta de Recebimento PEP a ser constituído para as Debêntures da 3ª Emissão, em montante mínimo definido na Cláusula 4.14 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 115) “Garantia Real”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.15.1 desta Escritura;
- 116) “GARE”: significa Guia de Arrecadação Estadual;
- 117) “ICMS”: significa o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, de competência dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do artigo 155, inciso II, da CF, disciplinado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e alterações posteriores, e instituído pela Lei Estadual nº 6.374, de 1º de março de 1989, e alterações posteriores;
- 118) “IGR”: significa o índice de garantia real calculado nos termos da Cláusula 4.15.1.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 119) “Índice de Cobertura”: significa o índice de cobertura calculado nos termos da Cláusula 4.15.1.6 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 120) “Instituições Autorizadas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.15.1.9 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 121) “Instrução CVM 28”: significa a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
- 122) “Instrução CVM 358”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “y” da Cláusula 8.1 desta Escritura da 3ª Emissão;

JUCESP
10 06 15

- 123) “Instrução CVM 400”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 124) “Instrução CVM 480”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.7 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 125) “Investidores Institucionais”: significa os investidores qualificados residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, compreendendo, (a) até 30 de junho de 2015, instituições financeiras, pessoas naturais e jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente atestem por escrito sua condição de investidor qualificado, fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizada pela CVM, em relação a seus próprios recursos, companhias seguradoras e sociedades e capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e – regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, ou (b) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, fundos de investimento, clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM, agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, investidores não residentes, investidores profissionais, pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios e clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados;
- 126) “JUCESP”: significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- 127) “Lei Autorizativa”: significa a Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, publicada no Diário Oficial de São Paulo, em 30 de setembro de 2009, na Seção I;
- 128) “Lei das Sociedades por Ações” tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;

DUCEP
10 06 15

- 129) “MDA”: MDA – Módulo de Distribuição de Ativos;
- 130) “Oferta”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Segunda desta Escritura da 3ª Emissão;
- 131) “Parcelamento do PEP”: significa os valores (i) dos créditos tributários relativos ao ICMS, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2013 vencidos e não pagos na sua respectiva data de vencimento, parcelados no âmbito do PEP, acrescidos (ii) das Verbas Honorárias, nos casos de débitos ajuizados pela PGE;
- 132) “Parcelamento do PEP Rompido”: significa cada Parcelamento do PEP relacionado em anexos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP, considerado rompido, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- 133) “Parcelamento do PPI”: significa o parcelamento, celebrado no âmbito do PPI, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2006;
- 134) “Parcelamento do PPI Rompido”: significa cada Parcelamento do PPI considerado rompido, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960;
- 135) “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura da 3ª Emissão;
- 136) “PEP”: significa o Programa Especial de Parcelamento – PEP, instituído pelos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- 137) “Período de Capitalização”: significa intervalo de tempo que (i) se inicia na Data de Emissão e termina na Data da Incorporação, no caso do primeiro Período de Capitalização, (ii) se inicia na Data da Incorporação e termina na data do primeiro pagamento da Remuneração da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão, no caso do segundo Período de Capitalização, ou (iii) se inicia na data do primeiro pagamento da Remuneração da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão ou na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;
- 138) “Pessoa”: significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da

JUCESP
10 06 15

administração pública, federal ou estadual, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou de fundo de investimento;

- 139) “Pessoas Vinculadas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.6.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 140) “PGE”: significa a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- 141) “PPI”: significa o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI instituído pelo Decreto Estadual nº 51.960;
- 142) “Procedimento de Bookbuilding”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.6.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 143) “Processo de Securitização do PEP e do PPI”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Estado cedeu Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI à Emissora e a Emissora emitiu as Debêntures da 1ª Emissão, as Debêntures da 2ª Emissão, as Debêntures Subordinadas e as Debêntures da 3ª Emissão;
- 144) “Prospectos”: significa o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, quando considerados em conjunto;
- 145) “Prospecto Definitivo”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 146) “Prospecto Preliminar”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.2 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 147) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, o valor determinado correspondente à parcela de 71% (setenta e um por cento) do somatório do valor, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PEP, de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em anexos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP, compreendendo o valor do principal, juros e acréscimos financeiros, calculados na forma prevista nos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444, por meio de cálculo *proforma pro-rata temporis*, desde o Rompimento do Parcelamento PEP e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PEP pelo respectivo Contribuinte;

JUCESP
10 06 15

- 148) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, o valor determinado correspondente à parcela de 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor, de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PPI, conforme relacionados em anexos específicos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PPI, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PPI, compreendendo o valor do principal, juros calculados na forma prevista em lei e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, que continuarão incidindo *pro-forma*, observado o critério *pro-rata temporis*, sobre o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido do PPI do respectivo Parcelamento do PPI, após o Rompimento do Parcelamento PPI e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PPI pelo respectivo Contribuinte;
- 149) “Quota Parte dos Municípios”: significa a quota parte de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, conforme o disposto no inciso IV do artigo 158 da CF;
- 150) “RCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 151) “Relatório Gerencial”: significa o relatório gerencial enviado, pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário, observadas as informações fornecidas no relatório elaborado com base no layout contido no “Anexo V” desta Escritura da 3ª Emissão;
- 152) “Remissão”: significa o perdão da dívida tributária, concedido por meio de expressa autorização da legislação pertinente e reconhecida como aplicável pelo Estado;
- 153) “Remuneração da 3ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 154) “Rendimentos”: significa qualquer rendimento auferido pela Emissora decorrente de investimentos realizados com recursos depositados nas Contas Vinculadas que sejam permitidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão e nos termos da Cláusula 4.15.1.9 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 155) “Resolução”: significa a Resolução SF-40, de 11 de dezembro de 2006, a Resolução SF-45, de 15 de agosto de 2007, a Resolução SF- 80, de 02 de dezembro de 2011, a

00 00 00
10 00 15

Resolução SF- 94, de 15 de dezembro de 2014, a Resolução SF- 97, de 18 de dezembro de 2014, e suas respectivas alterações posteriores;

- 156) “Rompimento do Parcelamento PEP”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PEP, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- 157) “Rompimento do Parcelamento PPI”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PPI, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960;
- 158) “Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento do PEP em vigor, excluídos os acréscimos financeiros previstos no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 58.811 e no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 60.444;
- 159) “Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento do PPI em vigor, compreendendo o valor do principal do tributo, os juros calculados pela Taxa SELIC e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, para o caso de pagamento de parcelas em atraso antes de ocorrer o Rompimento do Parcelamento PPI;
- 160) “Spread”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 161) “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 162) “Taxa Máxima”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura da 3ª Emissão;
- 163) “Taxa SELIC”: significa a taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- 164) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI”: significa o documento datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado cedeu à Emissora parcela dos Direitos Creditórios do PPI, nos termos do Contrato de Cessão do PPI;
- 165) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios PEP”: significa o documento datado de 30 de dezembro de 2014 pelo qual o Estado cedeu à Emissora determinados Direitos Creditórios do PEP;
- 166) “Valor Nominal Unitário”: é o valor indicado na Cláusula 4.2.1 ou esse valor após a incorporação mencionada na Cláusula 4.10.1 desta Escritura da 3ª Emissão, conforme o caso; e

UNESP
10 de 15

- 167) “Verba Honorária”: significa a verba honorária devida à PGE, de que trata o artigo 55 da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, e suas alterações posteriores, equivalente a 1% (um por cento) do valor do débito fiscal nos termos do Decreto Estadual nº 51.960 ou a 5% (cinco por cento) do valor do débito fiscal, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444, nas hipóteses de débitos ajuizados pela PGE.

4

2



DUCE SP
10 06 15

Anexo II
Aditamento à Escritura da 3ª Emissão

1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

entre

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO,
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas da 3ª Emissão

Datado de
[] de [] de 2015

JUL 29
10 06 15

1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

- a) **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Emissora"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

e, do outro lado, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas da 3ª Emissão”),

- b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário da 3ª Emissão”);

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE, a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão celebraram em 14 de maio de 2015, a “*Escritura Particular da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização*” (“Escritura da 3ª Emissão”); e

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Escritura da 3ª Emissão, após realização do Procedimento de *Bookbuilding*, foi fixada a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão a ser efetivamente distribuída e a Remuneração da 3ª Emissão;

as Partes vêm, por meio deste “1º (Primeiro) Aditamento à Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública da Companhia Paulista de Securitização” (“Aditamento”) aditar a Escritura da 3ª Emissão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura da 3ª Emissão.

JUCESP
10 06 15

2. Alterar a Cláusula Segunda, passando a Cláusula Segunda da Escritura da 3ª Emissão a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única (“3ª Emissão”), para distribuição pública, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão (“Oferta”), é feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM

2.1.1. A Oferta foi devidamente registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”)

2.2.1. A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.3. Arquivamento das atas da AGE e da RCA na JUCESP e publicação das atas

2.3.1. A ata da AGE foi arquivada na JUCESP em [] de maio de 2015, sob o nº [], e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo. A ata da RCA foi arquivada na JUCESP em [] de maio de 2015, sob o nº [], e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo. Os atos societários relacionados com a emissão e Oferta das Debêntures da 3ª Emissão que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da ata de RCA também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, conforme legislação em vigor.

JUCESP
10 06 15

2.4. Inscrição desta Escritura da 3ª Emissão na JUCESP

2.4.1. A presente Escritura da 3ª Emissão foi arquivada na JUCESP em [] de maio de 2015, sob o nº [] e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e do § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão 1 (uma) via original desta Escritura da 3ª Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, em até 20 (vinte) dias após a data de obtenção dos referidos registros.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures da 3ª Emissão foram registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição realizada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures da 3ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6. Registro da Garantia Real

2.6.1. Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e o Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão foram registrados em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do Agente Fiduciário da 3ª Emissão. Uma via devidamente registrada de cada instrumento será entregue ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro. Para todos os fins, o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI será registrado, no prazo de 20 (vinte) dias contado de sua assintura, em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do Agente Fiduciário da 3ª Emissão e uma via devidamente registrada deste instrumento será entregue ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu efetivo registro.”

3. Alterar o item 3.3.1, passando o item 3.3.1 da Escritura da 3ª Emissão a vigorar com a seguinte redação:

3.3.1. O valor total da presente 3ª Emissão é de [] ([]), na Data de Emissão.

DUCESP
10 06 15

4. Alterar os itens 3.17.1 e 3.17.2, passando os itens 3.17.1 e 3.17.2 da Escritura da 3ª Emissão a vigorar com a seguinte redação:

“3.17.1. Foi adotado pelos Coordenadores o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”) mediante a verificação, com os Investidores Institucionais, do interesse de investimento nas Debêntures da 3ª Emissão em diferentes níveis de taxa de juros e a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão.

3.17.2. Foi aceita a participação no Procedimento de Bookbuilding dos Investidores Institucionais, incluindo (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores e administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (ii) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), sendo que as intenções de investimento por pessoas vinculadas serão admitidas até atingirem 100% (cem por cento) da quantidade de Debêntures da 3ª Emissão ofertadas. [Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures da 3ª Emissão inicialmente ofertada, sendo portanto permitida a colocação das Debêntures da 3ª Emissão junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas.]”

5. Alterar os itens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3, passando a vigorar com a seguinte redação:

“4.3.1. São emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures, em série única (“Debêntures da 3ª Emissão”), observando o disposto na Cláusula 3.6. A quantidade de Debêntures da 3ª Emissão alocadas foi definida em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding.

4.3.2. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo), [foi/poderia ter sido, mas não foi,] acrescida em [até]8,34% ([oito inteiros e trinta e quatro centésimos por cento]), ou seja, em até [5.000 (cinco mil)] Debêntures da 3ª Emissão (“Debêntures do Lote Suplementar”), destinadas a atender o excesso de demanda que [foi/fosse] constatado no decorrer do Procedimento de Bookbuilding, que somente [foi/poderia ser, mas não foi,] exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding. [As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures da 3ª Emissão originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, observado que as Debêntures do Lote Suplementar emitidas serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.]

DUCESP
10 06 15

4.3.3. Adicionalmente, nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora [aumentou/ poderia ter aumentado, mas não aumentou] em [até] [15,00% (quinze por cento)] ou seja, em [até] [9.000] ([nove mil])) a quantidade de Debêntures da 3ª Emissão inicialmente ofertada, sem considerar distribuição das Debêntures do Lote Suplementar ("Debêntures Adicionais"), na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding. [As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures da 3ª Emissão originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura da 3ª Emissão, observado que as Debêntures Adicionais emitidas serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.] "

6. Alterar o item 4.9.1, passando o item 4.9.1 da Escritura da 3ª Emissão a vigorar com a seguinte redação:

"4.9.1 Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding ("Sobretaxa") equivalente a []% ([] por cento) ao ano, expressa em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão até a Data da Incorporação, para o primeiro Período de Capitalização, e para os demais períodos, da Data da Incorporação, ou da data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão subsequente, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração da 3ª Emissão"):

$$R = \{SVN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

R = valor unitário da Remuneração da 3ª Emissão devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Período de Capitalização = intervalo de tempo que (i) se inicia na Data da Incorporação, no caso do primeiro Período de Capitalização, (ii) se inicia na Data da Incorporação, no caso do segundo Período de Capitalização e termina na data do primeiro pagamento da Remuneração da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão, ou (iii) se inicia na data do primeiro pagamento da Remuneração

DUCEP
10 05 15

da 3ª Emissão conforme identificado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão ou na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração da 3ª Emissão do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

SVN = Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 3ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

$$k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$$d_k = 1;$$

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$$\text{Spread} = \left\lceil \frac{1}{\frac{1}{\text{Spread}}} \right\rceil;$$

JUCESP
10 06 15

"n" = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data da Incorporação, ou data de pagamento da Remuneração da 3ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "n" um número inteiro."

7. Todos os demais termos e condições da Escritura da 3ª Emissão, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

8. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, no prazo de até 20 (vinte) dias de sua celebração, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

9. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, [] de [] de 2015.

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]


e



DUCEP
10 06 15

Página de assinaturas 01 de 02 do 1º (Primeiro) Aditamento à Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização celebrado em [] de 2015

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



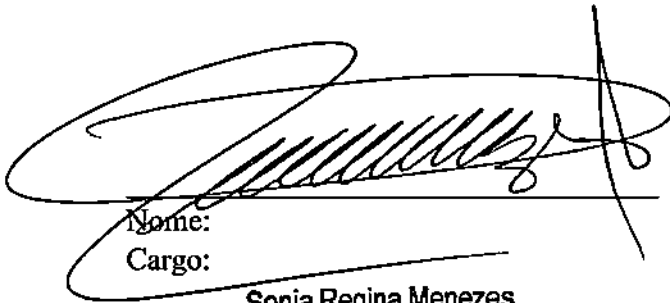




JUCESP
10 06 15

Página de assinaturas 02 de 02 do 1º (Primeiro) Aditamento à Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização celebrado em [] de 2015

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome:
Cargo:

Sonia Regina Menezes
Procuradora

Nome:

Cargo:

Fernando Nunes Luis
Procurador

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

ANEXO III
10 06 15

Anexo III

Cronograma de Pagamento das Debêntures da 3ª Emissão

Debêntures da 3ª Emissão					
PMT	Datas	% Amortização Sobre Saldo do Valor Nominal Unitário	PMT	Datas	% Amortização Sobre Saldo do Valor Nominal Unitário
0	18/05/2015	0,00000%	30	13/12/2017	4,60190%
0	30/06/2015	0,00000%	31	15/01/2018	4,81720%
1	15/07/2015	2,37870%	32	16/02/2018	5,03360%
2	13/08/2015	1,70080%	33	14/03/2018	4,99030%
3	15/09/2015	1,32800%	34	13/04/2018	5,13110%
4	15/10/2015	1,28750%	35	15/05/2018	5,14460%
5	13/11/2015	1,26530%	36	13/06/2018	5,33130%
6	15/12/2015	1,23810%	37	13/07/2018	5,28290%
7	13/01/2016	1,21010%	38	15/08/2018	5,58210%
8	15/02/2016	1,18520%	39	13/09/2018	5,93130%
9	15/03/2016	1,15820%	40	16/10/2018	6,02810%
10	13/04/2016	3,45420%	41	14/11/2018	5,97270%
11	13/05/2016	3,55120%	42	13/12/2018	6,37210%
12	15/06/2016	3,64530%	43	15/01/2019	6,85880%
13	13/07/2016	3,68930%	44	13/02/2019	7,24970%
14	15/08/2016	3,76190%	45	13/03/2019	7,41450%
15	14/09/2016	3,86920%	46	15/04/2019	8,13470%
16	14/10/2016	3,90790%	47	15/05/2019	8,98560%
17	16/11/2016	4,02160%	48	13/06/2019	8,96070%
18	14/12/2016	4,09770%	49	15/07/2019	8,78420%
19	13/01/2017	4,06560%	50	14/08/2019	9,97060%
20	15/02/2017	4,02240%	51	13/09/2019	11,58610%
21	15/03/2017	4,22810%	52	15/10/2019	12,69550%
22	13/04/2017	4,47430%	53	13/11/2019	14,78270%
23	15/05/2017	4,76490%	54	13/12/2019	17,59520%
24	14/06/2017	5,07690%	55	15/01/2020	21,67240%
25	13/07/2017	5,40100%	56	13/02/2020	28,02520%
26	15/08/2017	5,74050%	57	13/03/2020	39,52430%
27	13/09/2017	5,91420%	58	15/04/2020	42,98290%
28	16/10/2017	5,63840%	59	13/05/2020	60,98630%
29	16/11/2017	4,46660%	60	16/06/2020	100,00000%

W

e

10

30 SEP
10 05 15

Anexo IV
Bancos Arrecadadores

Nome da Instituição Financeira	CNPJ/MF
HSBC BANK BRASIL S.A. – Banco Múltiplo	01.701.201/0001-89
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91
Banco Santander (Brasil) S.A.	90.400.888/0001-42
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-40
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04
Banco Safra S.A.	58.160.789/0001-28
Banco Mercantil do Brasil S.A.*	17.184.037/0001-10

* o Banco Mercantil do Brasil S.A. somente atua como Banco Arrecadador de Direitos Creditórios de PPI.



Anexo V
Relatório Gerencial do PPI ou do PEP

Relatório de Cessão						
Nº de ordem	Nº do Contribuinte no [PPI/PEP]	Nº de Parcelas Cedidas do [PPI/PEP]	Nº de Parcelas Vincendas e Não pagas	Data de Vencimento (1ª Parcela Cedida)	Data de Vencimento (Última Parcela Cedida)	Valor Total Parcela
	a	b	C	D	e	f
						R\$
						R\$
					Sub Total [PPI/PEP]s Ativos	R\$
						R\$
						R\$
						R\$
						R\$
						R\$
						R\$
					Sub Total [PPI/PEP]s Quitados	
						R\$
					Sub Total [PPI/PEP]s Rompidos	R\$
					Total de [PPI/PEP]s Cedidos	

0 M

DUCEAP
10 06 15

Quanto às informações referentes ao mês imediatamente anterior, que devem ser enviadas até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Informações referentes ao mês de [] / []

[Valor presente da carteira de Direitos Creditórios do PEP / Saldo atualizado da carteira de Direitos Creditórios do PPI] apurado para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:	
Carteira cedida	R\$
Carteira de créditos rompidos (créditos que estão em processamento pelo Estado por qualquer motivo)	R\$
Carteira de créditos que já atendam, nos termos da legislação aplicável ao [PPI/PEP], aos requisitos necessários para que o(s) respectivo(s) Parcelamento(s) do [PPI/PEP] seja(m) considerado(s) Parcelamento(s) do [PPI/PEP] Rompido(s)	R\$
Carteira de créditos vincenda após a Data de Vencimento da 3ª Emissão	R\$

Valor dos Direitos Creditórios do [PEP/PPI] pago no mês calendário imediatamente anterior a emissão do Relatório Gerencial:	R\$
---	-----

Valor dos Direitos Creditórios do [PEP/PPI] em atraso, [com ate 4 parcelas em aberto/a mais de 90 dias] e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
--	-----

Valor dos Direitos Creditórios do [PEP/PPI] cuja cessão tenha sido resolvida (rompimento) no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
---	-----

DUCESP
10 06 15

Anexo VI
Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DA
CONTA DE RECEBIMENTO PPI EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**




FIRMADO ENTRE

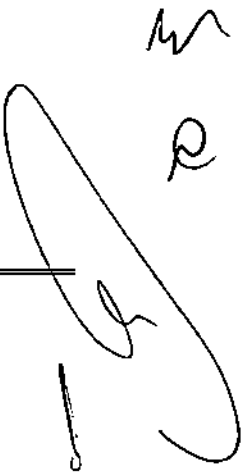
COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO,

COMO EMISSORA,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.,

COMO REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS DA 3ª EMISSÃO

 DE  DE 



JUCESP
10 de 15

- (iii) em 14 de maio de 2015, a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da 3ª Emissão, celebraram a “Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização” (“Escritura da 3ª Emissão”), por meio do qual foram estabelecidos os termos e as condições para a emissão de debêntures da terceira emissão da Emissora, para distribuição pública (“Debêntures da 3ª Emissão”); e
- (iv) para assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas na Escritura da 3ª Emissão, a Emissora se comprometeu, na Escritura da 3ª Emissão a celebrar a presente cessão fiduciária da Conta de Recebimento PPI, nos termos da Escritura da 3ª Emissão.

têm entre si justo e contratado celebrar o presente “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI em Garantia e Outras Avenças*” (“Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI”), o qual se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Das Definições

- 1.1. As expressões abaixo, no plural ou no singular, são empregadas neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI com os significados que lhes são correspondentes:
- a) “3ª Emissão”: significa a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública;
 - b) “Agente do Estado”: significa qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública direta ou indireta do Estado, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Estado;
 - c) “Agente Fiduciário da 1ª Emissão”: significa o representante dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão;
 - d) “Agente Fiduciário da 2ª Emissão”: significa o representante dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, conforme identificado na Escritura da 2ª Emissão;
 - e) “Agente Fiduciário da 3ª Emissão”: significa o representante dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, conforme identificado no preâmbulo deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;

DUCESP
10 05 15

- f) “Bancos Arrecadadores”: significa, isoladamente ou em conjunto, (i) cada uma das instituições financeiras perfiladas no “Anexo I” do Contrato de Cessão do PEP; e (ii) outras instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores de recursos do Estado nos termos da Resolução;
- g) “Banco Centralizador”: significa o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco C, Edifício Sede III, 24º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor na qualidade de agente financeiro do Tesouro do Estado de São Paulo;
- h) “Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão”: significa o documento datado de 30 de dezembro de 2014 pelo qual o Estado subscreveu as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e integralizou mediante a cessão de determinados Direitos Creditórios do PEP conforme indicado no referido instrumento;
- i) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- j) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- k) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”: significa o *“Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”*, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- l) “Carta de Ciência”: significa a comunicação aos Bancos Arrecadadores sobre a cessão dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros, preparada substancialmente na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PPI e na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PEP, conforme aplicável;
- m) “Carta de Ciência de Cessão do PEP”: significa a comunicação aos Bancos Arrecadadores sobre a cessão dos Direitos Creditórios do PEP, contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros, preparada substancialmente na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PEP;
- n) “CETIP”: significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;

DUCESP

10 de 13

- o) “CF”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- p) “Cláusula”: significa qualquer cláusula deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- q) “CNPJ/MF”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- r) “Conta Banco Mandatário 3”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 14.271-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- s) “Conta de Despesas 3”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 18.251-6 de titularidade da Emissora mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- t) “Conta de Excedente PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 116.250-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- u) “Conta de Livre Movimentação PPI”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 18.153-6, mantida pela Emissora na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A., ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- v) “Conta de Recebimento PEP”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 9.835-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A., ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- w) “Conta de Recebimento PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;

DUCESP
10 06 15

- x) “Contrato de Arrecadação”: significa cada um dos instrumentos jurídicos celebrados com cada um dos Bancos Arrecadores, nos termos da Resolução, conforme aditado;
- y) “Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”: significa o “*Contrato de Centralização e Repasse de Recursos*”, celebrado em 16 de abril de 2012, conforme aditado em 29 de dezembro de 2014 e em [●] de [●] de 2015, entre o Estado e o Banco Centralizador, com anuência e interveniência da Emissora e do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- z) “Contrato de Cessão do PEP”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios do Programa Especial de Parcelamento – PEP e Outras Avenças*”, celebrado em 18 de dezembro de 2014, o Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios PEP celebrados em 30 de dezembro de 2014, pelos quais os Direitos Creditórios do PEP foram cedidos pelo Estado à Emissora;
- aa) “Contrato de Cessão do PPI”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” celebrado pela Emissora e pelo Estado em 01 de março de 2012, e o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3 e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, celebrados em 20 de abril de 2012;
- bb) “Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 2ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- cc) “Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 3ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão em 14 de maio de 2015;
- dd) “Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros”: significa o “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Bens e Ativos Financeiros em Garantia*”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão em 01 de março de 2012 e seus respectivos anexos;
- ee) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, com a

00:55
10:05:15

interveniência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em 19 de dezembro de 2014;

- ff) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI”: significa este *“Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e Outras Avenças”*;
- gg) “Contrato de Cessão Fiduciária do PEP”: significa o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP após ter sido aditado em 14 de maio de 2015, cujas partes, após o aditamento, serão a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão com a intervenção do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Estado;
- hh) “Contrato de Cessão Fiduciária do PPI”: significa, em conjunto, o *“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”*, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Estado, em 01 de março de 2012, e o *“Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 1”*, o *“Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 2”*, o *“Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 3”* e o *“Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 4”*, celebrados em 23 de abril de 2012;
- ii) “Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R”: significa o *“Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob forma de CD-R”*, celebrado entre o Estado e o Banco do Brasil S.A., com anuência e intervenção da Emissora e do Agente Fiduciário da 1ª Emissão em 30 de dezembro de 2014, conforme aditado em [●] de [●] de 2015, com intervenção do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- jj) “Contrato de Distribuição da 1ª Emissão”: significa o *“Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação”*, celebrado entre a Emissora e o Banco Fator S.A. em 01 de março de 2012;
- kk) “Contrato de Distribuição da 2ª Emissão”: significa o *“Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação”*, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores em 30 de dezembro de 2014;
- ll) “Contrato de Distribuição da 3ª Emissão”: significa o *“Contrato de Distribuição Pública da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em*

2015
10 05 15

- tt) “Debêntures Subordinadas”: significa as debêntures subordinadas de emissão privada da Emissora, emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- uu) “Debenturistas da 1ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 1ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 1ª Emissão;
- vv) “Debenturistas da 3ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 3ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 3ª Emissão;
- ww) “Decreto Estadual nº 51.960”: significa o Decreto Estadual nº 51.960, de 4 de julho de 2007, conforme alterado;
- xx) “Decreto Estadual nº 58.811”: significa o Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, conforme alterado;
- yy) “Decreto Estadual nº 60.444”: significa o Decreto Estadual nº 60.444, de 13 de maio de 2014, conforme alterado;
- zz) “Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444”: significa, em conjunto, o Decreto Estadual nº 58.811 e o Decreto Estadual nº 60.444;
- aaa) “Dia Útil”: significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
- bbb) “Direitos Creditórios do PEP”: significa a parcela do fluxo financeiro correspondente a 71% (setenta e um por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em anexos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP quando da efetivação da cessão objeto do Contrato de Cessão do PEP, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PEP;
- ccc) “Direitos Creditórios Excluídos do PEP”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, (a) a parcela do fluxo financeiro correspondente a 29% (vinte e nove por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, que compreende a Verba Honorária, a Quota Parte dos Municípios e eventual montante relativo ao Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP pertencente ao Estado que não tenha sido objeto da cessão efetivada nos termos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP; e (b) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos do PEP Rompidos do respectivo Parcelamento do PEP;

00:05:59
10 05 15

Arrecadadores; (vi) a Escritura da 2ª Emissão; (vii) o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP; (viii) o Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão; (ix) o “3º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização”, celebrado em 19 de dezembro de 2014; (x) o “2º (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização”, celebrado em 19 de dezembro de 2014; e (xi) o Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R;

- kkk) “Documentos da 3ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) a Escritura da 3ª Emissão; (ii) o Contrato de Distribuição da 3ª Emissão; (iii) os Documentos da Distribuição da 3ª Emissão; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão; (vi) o “2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”; (vii) as Cartas de Ciência de Cessão Fiduciária do PEP; e (viii) o “1º Aditamento ao Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas, sob a forma de CD-R”;
- III) “Emissora”: significa a Companhia Paulista de Securitização, conforme qualificada no preâmbulo deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- mmm) “Escritura da 1ª Emissão”: significa a “*Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrada em 01 de março de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, conforme aditada;
- nnn) “Escritura da 2ª Emissão”: significa a “*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão em 19 de dezembro de 2014;
- ooo) “Escritura da 3ª Emissão”: significa a “*Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização*”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão em 14 de maio de 2015;

00:00:00
10:05:15

- ppp) “Escritura de Debêntures Subordinadas”: significa o “*Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização*” celebrado em 01 de dezembro de 2010 pela Emissora, conforme aditado;
- qqq) “Estado”: significa o Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.379.400/0001-50;
- rrr) “Eventos Adversos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 da Cláusula Quarta deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- sss) “ICMS”: significa o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, de competência dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do artigo 155, inciso II, da CF, disciplinado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e alterações posteriores, e instituído pela Lei Estadual nº 6.374, de 1º de março de 1989, e alterações posteriores;
- ttt) “Instrução CVM 476”: significa a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
- uuu) “Instrução CVM 400”: significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- vvv) “Lei Autorizativa”: significa a Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, publicada no Diário Oficial de São Paulo, em 30 de setembro de 2009, na Seção I;
- www) “Obrigações”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 da Cláusula Segunda deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- xxx) “Parcelamento do PEP”: significa os valores (i) dos créditos tributários relativos ao ICMS, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2013 vencidos e não pagos na sua respectiva data de vencimento, parcelados no âmbito do PEP, acrescidos (ii) das Verbas Honorárias, nos casos de débitos ajuizados pela PGE;
- yyy) “Parcelamento do PEP Rompido”: significa cada Parcelamento do PEP relacionado em anexos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP, considerado rompido, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- zzz) “Parcelamento do PPI”: significa o parcelamento, celebrado no âmbito do PPI, cujos

00 55
10 05 15

fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2006;

- aaaa) “Parcelamento do PPI Rompido”: significa cada Parcelamento do PPI considerado rompido, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960;
- bbbb) “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- cccc) “PEP”: significa o Programa Especial de Parcelamento – PEP, instituído pelos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- dddd) “Pessoa”: significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal ou estadual, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou de fundo de investimento;
- eeee) “PGE”: significa a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- ffff) “PPI”: significa o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pelo Decreto Estadual nº 51.960;
- gggg) “Processo de Securitização do PEP e do PPI”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Estado cedeu Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI à Emissora e a Emissora emitiu as Debêntures da 1ª Emissão, as Debêntures da 2ª Emissão, as Debêntures Subordinadas e as Debêntures da 3ª Emissão;
- hhhh) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, o valor determinado correspondente à parcela de 71% (setenta e um por cento) do somatório do valor, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PEP, de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em documentos específicos do Boletim de Subscrição da 2ª Série da 2ª Emissão e Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do, compreendendo o valor do principal, juros e acréscimos financeiros calculados na forma prevista nos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444, por meio de cálculo *pro forma pro-rata temporis*, desde o Rompimento do Parcelamento PEP e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PEP pelo respectivo Contribuinte;
- iiii) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, o valor determinado correspondente à parcela de 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor,

2023年
 10月15日

de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PPI, conforme relacionados em anexos específicos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e do Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e do Termo de Cessão nº 3; (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PPI, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PPI, compreendendo o valor do principal, juros calculados na forma prevista em lei e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, que continuarão incidindo *pro-forma*, observado o critério *pro-rata temporis*, sobre o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido do PPI e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PPI pelo respectivo Contribuinte;

- jjjj) “Quota Parte dos Municípios”: significa a quota parte de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios conforme o disposto no inciso IV do artigo 158 da CF;
- kkkk) “Remuneração da 3ª Emissão”: significa a remuneração devida às Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 3ª Emissão;
- llll) “Resolução”: significa a Resolução SF-40, de 11 de dezembro de 2006, a Resolução SF-45, de 15 de agosto de 2007, a Resolução SF- 80, de 02 de dezembro de 2011, a Resolução SF- 94, de 15 de dezembro de 2014, a Resolução SF- 97, de 18 de dezembro de 2014, e suas respectivas alterações posteriores;
- mmmm) “Rompimento do Parcelamento PEP”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PEP, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- nnnn) “Rompimento do Parcelamento PPI”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PPI, nos termos dos Decretos Estaduais nº 51.960;
- oooo) “Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento do PEP em vigor, excluídos os acréscimos financeiros previstos no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 58.811 e no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 60.444;
- pppp) “SEFAZ”: significa a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;
- qqqq) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI”: significa o documento datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado cedeu à Emissora parcela dos Direitos Creditórios do PPI, nos termos do Contrato de Cessão do PPI;
- rrrr) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PEP”: significa o documento datado

000537
10 05 15

da Escritura da 3ª Emissão, à multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Despesas gerais relativas à Escritura da 3ª Emissão

- Despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 3ª Emissão, tais como custos e despesas com o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o escriturador mandatário, CETIP, banco depositário da Conta de Recebimento PEP, da Conta de Excedente PPI, da Conta Banco Mandatário 3 e da Conta de Despesas 3, agência de classificação de risco, entre outros, e
- Despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas da 3ª Emissão.

Cláusula Terceira – Da Cessão Fiduciária em Garantia da Conta de Recebimento PPI

- 3.1. Observados os termos e condições deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), conforme alterados de tempos em tempos, no que forem aplicáveis, em garantia do fiel, cabal, pronto e integral pagamento das Obrigações e até a liquidação integral das Obrigações, a Emissora, neste ato e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente em favor dos Debenturistas da 3ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, e juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências inerentes, os direitos de crédito de sua titularidade referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na conta corrente de movimentação restrita nº 8.250-3, de titularidade da Emissora mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ("Conta de Recebimento PPI").
- 3.2. Até a comprovação do devido pagamento integral das Obrigações, a Emissora não poderá realizar qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, a Conta de Recebimento PPI.
- 3.3. Em decorrência da garantia real ora constituída, a Conta de Recebimento PPI fica submetida ao controle do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de forma irrevogável e irretratável, até o integral pagamento das Obrigações. Como condição dos negócios avençados neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, a

JUCESP
10 05 15

Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil brasileiro, nomeia e constitui o Agente Fiduciário da 3ª Emissão como seu único e exclusivo procurador para, movimentar a Conta de Recebimento PPI, para os fins e observados os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação. Desta forma, até a liquidação integral das Debêntures da 3ª Emissão, fica desde já estabelecido que somente o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá movimentar a Conta de Recebimento PPI, não podendo a Emissora fazê-lo em qualquer circunstância.

- 3.4. Fica desde já estabelecido que a Emissora obriga-se a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar no fechamento, cancelamento, alteração ou bloqueio da Conta de Recebimento PPI e/ou resulte em sua movimentação e na transferência dos recursos ali depositados de forma diversa daquela aqui expressamente estabelecida, salvo por expressa autorização do Agente Fiduciário da 3ª Emissão. Os poderes aqui outorgados poderão ser novamente outorgados somente para a Pessoa que venha a substituir o Agente Fiduciário da 3ª Emissão no cumprimento de suas funções estabelecidas nos Documentos da Operação.
- 3.5. Para os fins da garantia objeto desta Cláusula Terceira, a Emissora deve entregar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, em até 10 (dez) dias contados da presente data, comunicação escrita firmada pela Emissora, com "de acordo" do Banco Centralizador, informando sobre a cessão fiduciária da Conta de Recebimento PPI, preparado substancialmente na forma do "Anexo II" deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, a qual deve ser acompanhada dos documentos que comprovam os poderes de representação dos signatários.
- 3.6. Para fins de cumprimento das normas de sigilo bancário em vigor, a Emissora expressamente autoriza o repasse pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão aos Debenturistas da 3ª Emissão das informações referentes à Conta de Recebimento PPI. ✓
- 3.7. Identificados pela Emissora recursos de titularidade do Estado que tenham sido depositados na Conta de Recebimento PPI, e desde que comunicado pela Emissora ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá verificar se a titularidade de tais recursos é do Estado única e exclusivamente com base nos relatórios enviados pela Emissora nos termos da Escritura da 3ª Emissão. Confirmado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão o direito do Estado a tais recursos, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão obriga-se a transferir tais recursos imediatamente, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento da comunicação enviada pela Emissora acima referida, para a Conta de Livre Movimentação PPI, independentemente da ocorrência de qualquer evento que enseje ou possa ensejar a P

00:53
10 05 15

amortização antecipada e/ou o vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Emissão nos termos da Escritura da 3ª Emissão, sendo que não poderá ser responsabilizado por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Os recursos acima referidos, tão logo sejam transferidos para a Conta de Livre Movimentação PPI deverão ser transferidos imediatamente pela Emissora para o Estado nos termos do Contrato de Cessão do PPI.

- 3.8. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão se compromete a transferir todo e qualquer recurso que for depositado na Conta de Recebimento PPI, imediatamente, até o Dia Útil seguinte ao de seu depósito, para a Conta de Excedente PPI.

Cláusula Quarta – Do Reforço da Garantia

- 4.1. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderá exigir o reforço da garantia ora prestada pelo simples fato de parte ou totalidade dos direitos referentes à Conta de Recebimento PPI encontrarem-se inadimplentes, ou deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destina (“Eventos Adversos”), sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da garantia ora prestada.
- 4.2. Não obstante o disposto no item 4.1. acima, até a liquidação integral das Obrigações, a Emissora obriga-se a comunicar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por escrito, em até 10 (dez) Dias Úteis, caso verifique, no melhor de seu entendimento, por qualquer motivo, a ocorrência de qualquer Evento Adverso tendo por objeto a Conta de Recebimento PPI.

Cláusula Quinta – Das Declarações das Partes

- 5.1. A Emissora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, que na data de assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI:
- 1) é uma sociedade por ações de capital aberto, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
 - 2) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e dos demais Documentos da Operação nos quais a Emissora comparece na qualidade de parte ou interveniente e/ou a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e da Lei Autorizativa e têm plena eficácia;

JUCESP
10 05 15

- 3) seus representantes legais que assinam este Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e os demais Documentos da Operação, nos quais a Emissora comparece na qualidade de parte ou interveniente, têm poderes para assumir, em nome da Emissora, as obrigações estabelecidas nos referidos instrumentos, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos definidos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- 4) a situação econômica, financeira e patrimonial da Emissora não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa a sua solvência;
- 5) as obrigações assumidas pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação são obrigações existentes, válidas, eficazes e exigíveis contra a Emissora de acordo com os seus respectivos termos;
- 6) não há quaisquer títulos de emissão da Emissora ou sacados contra a Emissora que tenham sido protestados;
- 7) a Emissora não é ré em qualquer procedimento judicial e/ou administrativo, inclusive, sem limitação, aqueles de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental, com exceção do Processo nº 024883/026/13 existente perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 8) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e dos demais Documentos da Operação, nos quais a Emissora comparece na qualidade de parte ou interveniente, e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI dos quais a Emissora seja parte ou interveniente e/ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade da Emissora, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal, a que a Emissora e/ou qualquer bem ou direito de sua propriedade estejam sujeitos, e (iii) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete a Emissora, e/ ou qualquer bem ou direito de sua propriedade e/ou negócios jurídicos objeto dos Documentos da Operação;
- 9) a Conta de Recebimento PPI: (i) existe e foi devidamente constituída; (ii) é de sua legítima e exclusiva titularidade e encontra-se totalmente livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão fiduciária e o pleno gozo e uso, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados à Conta de Recebimento

JUCESP
10 06 15

PPI pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, exceto pelo ônus aqui constituído; e (iii) encontra-se operacional e ativa;

- 10) os direitos cedidos fiduciariamente por meio deste contrato são existentes, válidos e eficazes de acordo com os termos dos respectivos instrumentos que os constituem, tendo sido constituídos com estrita observância aos termos e condições da legislação de regência;
 - 11) a Emissora encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação nos quais a Emissora comparece como parte e/ou interveniente;
 - 12) a Emissora desconhece a existência de pendências judiciais, administrativas ou arbitrais de qualquer natureza que possam afetar negativamente e de forma relevante o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e, no seu melhor conhecimento, pelo Estado nos Documentos da Operação, com exceção do Processo nº 024883/026/13 existente perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - 13) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento da Emissora e à celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e dos demais Documentos da Operação nos quais a Emissora comparece como parte e/ou interveniente, incluindo seus respectivos anexos, e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos das leis e normativos aplicáveis;
 - 14) seus livros contábeis e societários estão regularmente abertos e registrados no competente órgão de registro, estando, também, devidamente atualizados; e
 - 15) a Emissora cumpre, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos seus negócios.
- 5.2. O Agente Fiduciário da 3ª Emissão, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:
- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
 - b) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e seus Anexos e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia; e

DUCESP
10 06 15

- c) as Pessoas que assinam este Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas.
- 5.3. A Emissora deverá: (i) informar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de quaisquer das declarações acima prestadas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis de seu conhecimento, (ii) adotar as medidas cabíveis para sanar a inveracidade ou a incorreção destas declarações, e (iii) indenizar e manter indenidos o Agente Fiduciário da 3ª Emissão por qualquer dano ou prejuízo direto causado em razão do descumprimento aos termos e condições desta Cláusula.

Cláusula Sexta – Das Obrigações Adicionais

- 6.1. Até o pagamento ou cumprimento integral das Obrigações e sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, a Emissora expressamente obriga-se a:
- a. dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste Contrato de Cessão Fiduciária da Emissão e dos demais Documentos da Operação a seus administradores e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
 - b. tomar todas as cautelas necessárias e realizar todo e qualquer ato ou procedimento definido neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação nos quais a Emissora comparece como parte e/ou interveniente, de forma a resguardar e proteger os direitos, garantias e prerrogativas do Agente Fiduciário da 3ª Emissão na qualidade de representante dos Debenturistas da 3ª Emissão e credor fiduciário das garantias prestadas pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
 - c. colocar, observado o disposto nesta Cláusula, à disposição do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, em 10 (dez) Dias Úteis da solicitação feita, informações referentes aos bens e direitos onerados nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, que não tenham sido fornecidas e/ou contempladas nos relatórios preparados nos termos dos Documentos da Operação, encaminhados ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de forma que este possa acompanhar e monitorar o fluxo de recebimento e outros eventos relativos à Conta de Recebimento PPI;
 - d. entregar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de encerramento do trimestre correspondente, cópias de seus balancetes trimestrais e, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras, individuais e

JUCESP
10 06 15

consolidadas, devidamente auditadas por empresas de auditoria de 1ª (primeira) linha;


- e. manter sua contabilidade sempre atualizada nos termos da legislação aplicável, incluindo, sem limitação, as normas e os procedimentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, das autoridades fiscais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- f. comunicar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por meio eletrônico, imediatamente em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do respectivo evento, o descumprimento, pelo Estado e/ou quaisquer dos Agentes do Estado, incluindo pelo Banco Centralizador e/ou por qualquer dos Bancos Arrecadadores, dos deveres e obrigações definidos nos Documentos da 3ª Operação nos quais as respectivas Pessoas comparecem como parte e/ou interveniente;
- g. sem prejuízo da obrigação constante na cláusula 3.4 acima, informar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão o bloqueio, fechamento, mudança ou cancelamento, a qualquer título, da Conta de Recebimento PPI, imediatamente em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do respectivo evento;
- h. não transferir, criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame sobre os investimentos da Conta de Recebimento PPI, exceto pelo ônus aqui constituído, salvo mediante prévio e expreso consentimento do Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- i. praticar quaisquer atos e firmar todos e quaisquer documentos necessários à preservação dos direitos e poderes atribuídos ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão em decorrência da presente cessão fiduciária em garantia, inclusive perante a CETIP, desde que solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- j. tomar as cautelas necessárias e realizar os atos ou procedimentos definidos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação, de forma a resguardar e proteger os direitos, garantias e prerrogativas do Agente Fiduciário da 3ª Emissão e dos Debenturistas da 3ª Emissão, previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e nos demais Documentos da Operação; e
- k. comunicar ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão a rescisão, o cancelamento ou a suspensão de seus efeitos, a qualquer título, de qualquer dos Documentos da Operação dos quais o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não seja parte, ou o término

DUCEP
10 05 15

de seu respectivo prazo de vigência, em até 10 (dez) Dias Úteis subsequentes à data em que tomar conhecimento do fato.


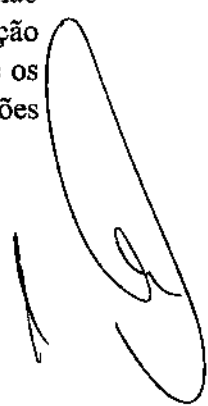
- 6.2. Na hipótese de qualquer parte ou interveniente dos Documentos da Operação, por qualquer motivo, deixar de cumprir imediatamente qualquer ordem do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, a qual este esteja legitimado a passar, a Emissora compromete-se, tendo em vista suas obrigações assumidas expressamente nos Documentos da Operação que fizer parte e a legislação em vigor, e desde que suas ações não causem ou possam causar danos às pessoas a quem a respectiva ordem foi dirigida, a envidar os melhores esforços para o cumprimento da determinação, sem prejuízo da propositura, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis contra o responsável buscando o cumprimento da obrigação inadimplida ou para ressarcimento dos eventuais danos ocorridos.

Cláusula Sétima – Do Exercício das Garantias

- 7.1. Na hipótese de estar em curso qualquer evento de amortização antecipada das Debêntures da 3ª Emissão e/ou evento de vencimento antecipado, previsto na Escritura da 3ª Emissão, fica deste já autorizada a execução da garantia ora constituída, independentemente de prévia comunicação à Emissora e/ou sua prévia autorização, na forma dos itens seguintes.
- 7.2. Sem prejuízo das demais atribuições, prerrogativas e atribuições do Agente Fiduciário da 3ª Emissão previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e na Escritura da 3ª Emissão com relação à realização de bloqueios, transferências, retenções, e utilização dos recursos relativos à Conta de Recebimento PPI, caso esteja em curso qualquer evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos da Escritura da 3ª Emissão, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial ou qualquer outro procedimento adicional em face da Emissora, fica desde já estabelecido pelas Partes, que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá exercer os direitos, as garantias e as prerrogativas previstos no artigo 66-B, Parágrafos 3º e 4º da Lei nº 4.728/65, artigo 19 da Lei nº 9.514/97, observadas as limitações definidas neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- 7.3. Na hipótese de excussão da garantia objeto do presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, as Partes estabelecem que o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá transferir os valores depositados na Conta de Recebimento PPI, independentemente de autorização da Emissora, diretamente para conta corrente de sua titularidade mantida no Banco Centralizador ou na instituição financeira que venha a suceder o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro do Tesouro do Estado, limitado ao montante global das Debêntures da 3ª Emissão, sempre observadas as disposições contidas no Contrato de Centralização
- 

DUCE SP
10 08 15

e Repasse e nas Cartas de Ciência. Os recursos acima referidos deverão ser obrigatoriamente alocados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão única e exclusivamente na liquidação das Debêntures da 3ª Emissão.

- 7.4. Na hipótese de pagamento integral das Obrigações pela Emissora, todos os direitos e bens arrolados neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI como garantias estarão automaticamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
- 7.5. No caso de insuficiência de recursos, a Emissora permanecerá responsável pelo pagamento do saldo remanescente das Obrigações.
- 7.6. Em decorrência da garantia real constituída nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, até o pagamento integral das Obrigações, a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos Artigos 683 e 684 do Código Civil brasileiro, nomeia e constitui o Agente Fiduciário da 3ª Emissão como seu único e exclusivo procurador para realizar, em seu nome, todo e qualquer ato necessário ao aperfeiçoamento e/ou à execução das garantias constituídas nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, podendo, inclusive, assinar documentos, formulários, requisições, passar instruções à CETIP ou qualquer outra câmara de liquidação e realizar todo e qualquer ato ou procedimento considerado como necessário ao bom e tempestivo cumprimento do mandato ora outorgado.
- 7.7. No caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá deduzir os valores arrecadados nos termos desta Cláusula, observados os limites constantes nos itens 7.8 e 7.9 abaixo, as despesas incorridas com a adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais para salvaguarda dos direitos dos Debenturistas da 3ª Emissão, devidamente aprovados pelos Debenturistas da 3ª Emissão reunidos em assembleia geral de debenturistas, compreendendo, mas não se limitando a, honorários advocatícios, depósito judiciais, custas processuais, taxas judiciárias e emolumentos em geral, desde que devidamente comprovadas, em valores razoáveis e, em conformidade com as melhores práticas de mercado.
- 7.8. As despesas com honorários advocatícios de que trata a cláusula 7.7. acima, estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para contratação de advogados com honorários superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá realizar cotação entre pelo menos 3 (três) escritórios de advocacia com reputação no mercado e os Debênturistas da 3ª Emissão deverão optar pela proposta que ofereça condições menos onerosas para a Emissora, dando-lhe ciência de todo o procedimento.
- 
- 

DUCESP
10 06 15

- 7.9. As despesas com depósitos judiciais, custas processuais, taxas judiciárias e emolumentos em geral de que trata a Cláusula 7.7 estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para realização de despesas com valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá solicitar autorização prévia à Emissora, justificando sua necessidade e razoabilidade, que não poderá negá-la sem motivo justificado. No caso de a negativa da Emissora ser considerada injustificada, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá, ainda assim, realizar a despesa com recursos adiantados pelos Debenturistas da 3ª Emissão, os quais poderão cobrar judicialmente da Emissora o respectivo reembolso.

Cláusula Oitava – Das Penalidades

- 8.1. No caso de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da 3ª Emissão, terá direito ao recebimento de indenização pelas perdas e danos sofridos e efetivamente comprovadas, excluído lucros cessantes, o qual não poderá exceder o valor dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, acrescido das cominações legais pertinentes.

Cláusula Nona – Das Comunicações

- 9.1. As comunicações a serem enviadas nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo, nos seguintes endereços:

- a) para a Emissora:

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

At.: Diretor Presidente

Avenida Rangel Pestana, 300 – 3º Andar

CEP: 01017-911 – São Paulo - SP

Telefone: (+55 11) 3243-2819

Fac-símile: (+55 11) 3243-2830

e-mail: cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br

- b) para o Agente Fiduciário da 3ª Emissão:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

At: Antonio Amaro ou Monique Garcia

DUCEP
10 06 15

Avenida das Américas, nº500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-100



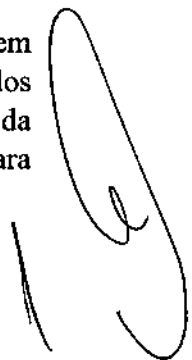
Tel.: (+55 21) 3514-0000

Fax: (+55 21) 3514-0099

E-mail: ger1@oliveiratrust.com.br; antonio.amaro@oliveiratrust.com.br e
scc@oliveiratrust.com.br

- 9.1.1 Observado o quanto disposto na Cláusula 9.1.3 abaixo, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via *e-mail* ou por outro meio de transmissão eletrônica ("*answer back*"). Será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica, ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os originais dos documentos enviados por meio de fac-símile ou *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
- 9.1.2. Todas as comunicações dirigidas à Emissora serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo.
- 9.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por cada Parte às demais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento.

Cláusula Décima– Das Disposições Finais

- 10.1. O presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI vigorará até o pagamento integral das Obrigações, conforme confirmado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão. 
- 10.2. Por deliberação dos Debenturistas da 3ª Emissão, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão poderá contratar Pessoas para prestarem serviços especializados tais como perícias, levantamentos adicionais e coletas de informações relacionadas às Debêntures da 3ª Emissão. 
- 10.2.1. A contratação das Pessoas para a prestação dos serviços convencionados no item 10.2 acima, apenas, será reembolsada pela Emissora se (i) a contratação dos serviços for realmente necessária e devidamente justificada, nos termos da legislação em vigor; (ii) desde que haja prévia autorização escrita da Emissora para 




DUCESP
10 06 15

a contratação, nos termos da legislação em vigor e de seus atos societários; e (iii) os valores cobrados forem compatíveis com os praticados no mercado, após cotação com pelo menos 3 (três) orçamentos e opção pela proposta que ofereça condições menos onerosas à Emissora, dando-lhe ciência de todo o procedimento.

- 10.3. O presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, bem como seus respectivos aditamentos, serão levados a registro pela Emissora nos cartórios de registros de títulos e documentos da sede das Partes em até 20 (vinte) dias, contados da data de celebração do respectivo instrumento. As despesas de registro serão arcadas pela Emissora.
- 10.4. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI somente será válido e eficaz se feito por instrumento escrito, assinado por todos os signatários deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, e deverá ser levado a registro, nos termos do item 10.3 acima.
- 10.5. As obrigações de qualquer das Partes previstas neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento, pela respectiva Parte, de comunicação exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.
- 10.6. As Partes celebram este Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
- 10.7. A tolerância e as concessões recíprocas por quaisquer das Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, novação, renúncia ou modificação de qualquer direito.
- 10.8. Caso, ao término dos procedimentos de excussão de garantias previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, não tenha ocorrido o pagamento integral das Obrigações, a Emissora permanecerá responsável pelo pagamento integral do saldo das Obrigações ainda em aberto, independentemente de qualquer ação ou procedimento.
- 10.9. Caso qualquer Cláusula ou condição prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI seja invalidada ou considerada nula, as demais disposições aqui contidas permanecerão integralmente válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer Cláusula deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, as Partes desde já se

DUCEP
10 06 15

comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das Partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que essa se insere.

- 10.10. A Emissora não poderá, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, ceder ou transferir qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI ou sua posição jurídica nele ocupada.
- 10.12. Ficará automaticamente sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, o novo agente fiduciário que substitua o atual Agente Fiduciário da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 3ª Emissão.
- 10.13. O Preâmbulo e os Anexos deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI são partes integrantes e inseparáveis do presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI.
- 10.14. Toda e qualquer quantia líquida e certa devida a qualquer das Partes por força deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI poderá ser cobrada via processo de execução, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 10.15. Para fins de registro, a Emissora apresenta, neste ato, a certidão negativa ou, caso positiva, com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com relação aos pagamentos tributos, contribuições federais e contribuições previdenciárias, a qual é parte integrante deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI como seu "Anexo I". A Emissora compromete-se a apresentar tal certidão atualizada sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão com antecedência de 10 (dez) dias.
- 10.16. Com o pagamento integral das Obrigações, o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverá emitir um termo de quitação, caso assim seja solicitado pela Emissora, para que seja levado a registro no mesmo Cartório de Títulos e Documentos em que foi registrado o presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI, para dar ciência a terceiros da liberação da garantia constituída neste instrumento.
- 
- 
- 

Cláusula Décima Primeira – Do Foro e Lei de Regência

DUCESP
10 06 15

- 11.1. Será competente o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa a ser, para dirimir qualquer conflito decorrente deste Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI.
- 11.2. Este Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [dia] de [mês] de [ano].

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco, seguem páginas de assinaturas.]



W

R

DUCESP
10 06 15

Página de assinaturas 01 de 02 do INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DA CONTA DE RECEBIMENTO PPI EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS, celebrado em [dia] de [mês] de [ano]

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



DUCESP
10 06 15

Página de assinaturas 02 de 02 do INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE
CESSÃO FIDUCIÁRIA DA CONTA DE RECEBIMENTO PPI EM GARANTIA E OUTRAS
AVENÇAS, celebrado em [dia] de [mês] de [ano]

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**

como representante dos Debenturistas da 3ª Emissão



Nome: _____
Cargo: **Sonia Regina Menezes**
Procuradora

Nome: _____
Cargo: **Fernando Nunes Luis**
Procurador

Testemunhas:

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____

Nome: _____
RG: _____
CPF: _____



DUCEP
10 06 15

ANEXO I

**Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com relação
aos pagamentos tributos, contribuições federais e contribuições previdenciárias**



JUCESP
10 06 15

ANEXO II
Notificação ao Centralizador

São Paulo, [] de [] de 2015.

Ao

Banco do Brasil S.A.

SSB Quadra 1 – Bloco G – Lote 32

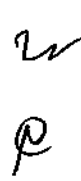
Distrito Federal – Brasília

At.: []

Ref.: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DA CONTA DE RECEBIMENTO PPI EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS.

Prezados Senhores,

Informamos que, nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado em [] de [] de 2015 (“Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI”), entre (a) **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 3º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 11.274.829/0001-07 (“Emissora”), e (b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente Fiduciário da 3ª Emissão”), representando a comunhão dos debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora (“Debêntures da 3ª Emissão”), a cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária”) os direitos de crédito de sua titularidade referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na conta corrente de movimentação restrita nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. pela Emissora (“Conta de Recebimento PPI”), em favor do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, observados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), conforme alterados, no que forem aplicáveis, em garantia do fiel, cabal, pronto e integral pagamento das Obrigações (conforme abaixo definidas) e até a liquidação integral das Obrigações, razão pela qual solicitamos que seja efetuado o registro da referida oneração nos termos da lei e regulamentação em vigor.



JUCESP
10 05 15

cartórios de registro de títulos e documentos das sedes da Emissora e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contado de sua celebração, arcando a Emissora com todas as despesas relativas a tais registros.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

DE ACORDO:

Data:

Banco do Brasil S.A.

Nome:

Cargo:

